

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

A quem interessou a Guerra do Paraguai?

SANTOS, Valdemar Alves dos¹

RESUMO: O artigo busca demonstrar os motivos da Guerra do Paraguai. Com isso, rompe com a historiografia tradicional e revisionista, direciona a pesquisa para questões de expansionismo do império brasileiro, nacionalização da Bacia Platina, fronteiras e navegação no rio Paraguai. Como também analisa a posição do Paraguai e as intenções do seu governante – Antonio Lopes – de buscar a anexação da região do charque Argentino, de impedir a livre navegação das embarcações do Brasil no rio Paraguai e anexar a região compreendida entre os rios Apa e Branco ao seu país.

Palavras chaves: Expansionismo, Nacionalização, Fronteiras; Navegação.

ABSTRACT: It seeks to show, clearly, the real reason of the Paraguayan War. Thus, breaks with the traditional and revisionist historiography, directing research on issues of expansionism of the Brazilian empire, nationalization of the Platina Basin, borders and navigation on the Paraguay River. Still, analyzes the position of Paraguay and the intentions of his government - Antonio Lopes - to seek the annexation of the region of Argentine beef jerky, to prevent the free navigation of vessels in the Paraguay River in Brazil and the region between the rivers Apa and white.

KEYWORDS: Expansionism; Nationalization; Borders; Navigation.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem a finalidade de esclarecer alguns fatos sobre os interesses que cada país, envolvidos direto ou indiretamente na Guerra do Paraguai, possuía na região platina, bem como tornar de forma clara e compreensível o grau de envolvimento e interesse da Inglaterra na guerra do Paraguai.

É relevante na medida em que aborda a situação política na Bacia do Prata, os diversos países envolvidos no comércio, navegação, expansão territorial nesta região, a formação dos estados nacionais e a desintegração do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Este trabalho foi realizado através de pesquisas feitas na biblioteca da

¹Especialista em História Cultural, Mestrando em Ciência Política.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

UnB, Biblioteca do Quartel General do Exército brasileiro, Internet e através de uma leitura detalhada do livro "Maldita Guerra" de Francisco Doratioto.

O período a ser estudado compreenderá de 1812, com a formação do estado do Paraguai e a subida ao poder do ditador José Gaspar Francia a dezembro de 1864, quando Solano Lopez invade o Mato Grosso e declara guerra ao Brasil.

Procuro, também, demonstrar a presença do Brasil na Bacia do Prata, sua influência política, financeira, expansionista, os choques de interesse entre Brasil e Argentina, a formação dos Estados Nacionais, a tentativa de nacionalizar a navegação dos Rios Paraguai e Paraná por Buenos Aires, os conflitos entre Blancos e Colorados no Uruguai pela hegemonia do poder e a tentativa de desestabilizar o isolamento do Paraguai.

No primeiro capítulo descrevo a situação política em que encontrava toda a região platina, o Vice-Reino do Rio da Prata, o isolamento do ditador José Gaspar Francia e sua morte.

No segundo capítulo está o foco principal do meu trabalho que é pesquisar e demonstrar de maneira convincente quais os interesses de Brasil, Argentina, Uruguai e Inglaterra na guerra.

No terceiro capítulo são citadas as novas situações políticas que surgem entre os países envolvidos na bacia platina, como por exemplo a disputa do poder no Uruguai pelos Blancos e Colorados, a divisão da Argentina pela classe dominante, a tentativa do governo paraguaio de impedir a navegação de navios brasileiros rio Paraguai e o rompimento das relações diplomáticas do Brasil e Inglaterra.

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

1. SITUAÇÃO POLITICA NA BACIA PLATINA

I.I - O Vice-Reino do Rio da Prata

mapa 01



Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

A divisão administrativa do Vice-Reino do Rio da Prata. Fonte (Sarasola:1964, p, 136)

A Espanha por volta de 1776, estava preocupada com a expansão portuguesa na América do Sul, principalmente na região platina. Então tornava necessário a tomada de atitude por parte daquele reino, a fim de conter uma possível investida lusa nesta região. Como a expansão portuguesa era cada vez maior o governo espanhol criou o Vice-Reino do Rio da Prata com sede em Buenos Aires.

após liderar a independência do vice-reino do rio da Prata em relação à Espanha, a burguesia mercantil de Buenos Aires planejava um Estado nacional centralizado, sob sua hegemonia, com a unificação das ex-províncias espanholas (DORATIOTO, 2002, p.24).

Contudo a burguesia de Buenos Aires tinha a intenção de romper com a dominação espanhola na região do Prata. Por volta de 1776, esta situação se concretiza, levando a um fortalecimento da liderança de Buenos Aires na bacia platina, porém esta posição é incomoda as ex-províncias da Espanha, especialmente o Paraguai.

Várias situações conflituosas vieram à tona, principalmente do Paraguai com Buenos Aires, porém o conflito de maior peso foi liderado pela burguesia de Buenos Aires contra a ex-província espanhola (Paraguai). As pretensões de Buenos Aires eram grandes, entretanto, a que mais provocou a instabilidade na região foi o desejo de criar uma hegemonia econômica sobre as ex-colônias e nacionalizar toda a região do Prata, estabelecendo, assim, um controle sobre a navegação nos Rios Paraguai e Paraná. Uma vez que a posição de Buenos Aires era estratégica na bacia platina, porém esta situação causava repulsa não só as ex-províncias da Espanha, mas principalmente ao Império do Brasil que tinha a navegação pelos Rios Paraguai e Paraná o meio mais viável de manter contato com a província de Mato Grosso, sendo que pelo continente o contato do Rio de Janeiro com o Mato Grosso levava até três meses.

Todo o comércio das províncias do Vice-Reino era escoado pelos rios Paraguai e Paraná e se a burguesia da Argentina obtivesse a nacionalização desta região teria grandes vantagens econômicas. Diante das pressões da

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Argentina a dominação espanhola cai, contudo os conflitos se agravam e um dos primeiros fracassos de Buenos Aires foi quando o Paraguai reage e vence a coluna militar comandada por Manuel Belgrano, enviado de Buenos Aires.

O Vice-Reino do Rio da Prata não conseguiu sobreviver como unidade política ao fim da dominação Espanhola e após vários conflitos nasceram a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia.

Foto 01



Dom Pedro II

Fonte: <http://pt.wikipedia.gov/wiki/p%a1gina-principal>

O Brasil se envolveu em uma guerra com a Argentina de 1825 a 1828, a chamada Guerra da Cisplatina, pela posse da atual República Oriental do Uruguai, pertencente ao Vice-Reinado do Prata, que havia tornado independente da Espanha em 1816. Esta região foi incorporada ao Império brasileiro em 1821, causando a insatisfação da Confederação da Argentina.

Localizada no estuário do Prata (a Cisplatina ou Banda Oriental), era

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

uma área estratégica para o Império e a Confederação em relação a navegação e ao comércio na bacia platina. Com as pretensões de anexar Banda Oriental ou a Cisplatina, a Confederação da Argentina incentiva os uruguaios, através de apoio políticos e de suprimentos, a se rebelarem contra a administração brasileira na região. O conflito se deflagra em 1825, quando líderes separatistas uruguaios declaram a independência da região.

As forças da Confederação Argentina desembarcam no Uruguai, com o apoio da população, e declararam a anexação da Banda Oriental às províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina. D. Pedro I enviou uma esquadra naval com o objetivo de bloquear o estuário do Rio da Prata, assim como os portos de Buenos Aires. Contudo a Confederação reage e ataca o Rio Grande do Sul, porém o Império rechaça os argentinos.

Na primeira metade do conflito, os custos estavam muito altos, o comércio com o exterior estava-se prejudicando e a Inglaterra pressionava, pois era do seu interesse que os países beligerantes cessassem o impasse. Então, a paz começa a ser negociada com a mediação da Inglaterra e França. O Império do Brasil e as províncias Unidas do Rio da Prata, através de uma convenção de paz assinada no do Rio de Janeiro, renunciam suas conquistas e reconhecem como Estado Independente da Banda Oriental o Uruguai, que passou a se chamar República Oriental do Uruguai.

O conflito não tinha o apoio da Inglaterra, uma vez que este conflito traria prejuízos para os interesses ingleses na região, porém a Grã-Bretanha não obteve sucesso, no sentido de impedir o início das hostilidades. A Inglaterra exercia uma grande influência sobre o Império do Brasil e a Confederação da Argentina, contudo não teve força suficiente para impedir que a guerra acontecesse, pelo contrário teve muita dificuldade para estabelecer a paz. Esta situação não queria dizer que a Grã-Bretanha estivesse a favor a anexação da Cisplatina ao poder do Império do Brasil ou da confederação da Argentina, na verdade o que lhe interessava era a criação de um terceiro Estado na região, uma espécie de Estado tampão, uma vez que era favorável

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

ter mais países para realizar o seu comércio do que uma nacionalização da Bacia do Prata por um único país.

A Inglaterra, então apoiou a criação de um país Independente da Banda Oriental, através de sua hábil diplomacia no Bacia Platina, que servisse de tampão entre os dois países em litígio (Império do Brasil e confederação da Argentina), mantendo assim a sua tradicional posição de influência na região.

A Inglaterra que possuía grande interesse comercial na região platina vê com bons olhos a criação deste Estado que poderia trazer uma maior estabilidade na Bacia do Prata, mas o Uruguai não teve uma paz de imediato, uma vez que surgiu duas facções: Blancos e Colorados que vão disputar o poder nas armas.

Mas a fragmentação do Vice-Reino do Rio da Prata não estava nos planos dos poderosos comerciantes de Buenos Aires, que contatava com a manutenção da unidade territorial sob seu controle. A intenção da burguesia era anexar definitivamente o Paraguai e o Uruguai ao seu domínio

O Paraguai vai aos poucos se afastando das lutas na região do Prata, porque a medida que a Espanha perde o controle de suas províncias na bacia platina e com a independência da Argentina em 1810, cresce o interesse da burguesia de Buenos Aires em manter o Paraguai como província e esta situação era tudo o que o Paraguai não queria, uma vez que acabara de sair do domínio espanhol. Contudo, em 1811, sobe ao poder José Gaspar Rodrigues de Francia, que por sua vez proclama a independência paraguaia, acabando com a possibilidade de se tornar província da Argentina.

O Paraguai era considerado como província de Buenos Aires e essa situação não era desejada pelo povo guarani. A localização geográfica do Paraguai o colocou muito vulnerável, uma vez que sendo um país continental estava sem saída para o mar, então dependia dos rios da Bacia Platina para escoar seus produtos e comprar mercadorias manufaturadas dentre outras, porém Buenos Aires sabendo desta dificuldade do Paraguai o tinha nas mãos quando impedia a sua expansão pela Bacia do Platina.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Francia para buscar uma posição de independência confortável de seu país implantou uma política voltada para dentro, a fim de depender o mínimo possível do exterior.

José Gaspar Rodrigues Francia percebeu que a manutenção de uma exportação, colocaria muitos poderes nas mãos dos grandes proprietários de terra e da burguesia mercantil e com essa situação, eles fariam concessões a burguesia de Buenos Aires, devido seus interesses particulares. Então, Francia tinha nos grandes proprietários e a burguesia perigosos personagens para a soberania de seu país.

Diante do exposto, percebe porque Francia implanta uma política voltada para dentro do Paraguai, dando ênfase ao mercado interno. Entretanto, Francia para enfrentar o desafio estimula os pequenos e médios proprietários, com a produção de alimentos voltada para o mercado local, então confisca as grandes propriedades e o comércio exterior foi monopolizado pelo Estado.

Alguns pontos marcaram a economia paraguaia: estatização, pequena propriedade e ditadura. Essa forma de governar trouxe benefício aos mais pobres, que era a maioria, porém isto ocorreu com o efeito indireto de uma política apoiada em uma razão do Estado.

O comércio ficou sob a direção do Estado e a oposição foi eliminada pelo Governo. Porém, em 1840 ocorreram mudanças nessa situação, uma vez que no Paraguai morre o ditador José Gaspar Rodriguez de Francia e no Brasil D. Pedro II sobe ao poder com a antecipação de sua maioridade.

Carlos Antônio Lopez assume a presidência do Paraguai e dá continuidade a situação de isolamento da província, conquanto, no plano externo o país passa a participar mais das questões platina.

O presidente da Argentina, Juan Manuel de Rosas, não concordava em reconhecer a independência do Paraguai e com isso impediu a livre navegação dos navios paraguaios pelos rios da Bacia do Plata, a fim de evitar o expansionismo daquela província na região platina.

O Império brasileiro aproveita esse bom momento, em que o governo

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

paraguaio busca uma saída para o Atlântico, e através de sua diplomacia, propõe um acordo com Lopez no sentido de que facilitasse aos navios brasileiros a utilização dos rios Paraguai e Paraná como via de comunicação com a província do Mato Grosso. O governo imperial aproximou-se do Paraguai buscando fortalecer na região e afastar a possibilidade de uma aliança entre Argentina e Paraguai.

Carlos Antônio Lopez firmou com o Brasil tratado que assegurava a livre navegação em 1856, como será posteriormente explicado, isto aconteceu porque o governo paraguaio desejava aumentar sua presença na bacia platina, principalmente garantindo o escoamento de seus produtos de exportação para a Europa utilizando os portos e vias fluviais da região do Plata, além do que o Paraguai buscava implantar um relacionamento mais intenso com o exterior. No entanto, apesar referido tratado, o Paraguai continuou a criar dificuldades à livre navegação do Império, uma vez que temia um fortalecimento militar da Província do Mato Grosso, além disso, Brasil e Paraguai tinham um atrito em questão de fronteiras na região compreendida entre os rios Apa e Branco não resolvidas.

Essa situação com o passar do tempo, vai agravando as relações dos dois países. Além da navegação o Império pleiteava a região entre os rios Apa e Branco como parte de seu território, mas o governo paraguaio não abria mão dessa região devido a importância econômica que tinha para aquele país. A produção de erva mate, tornou-se de grande importância como produto de exportação do Paraguai. O Brasil, diante das dificuldades que o governo paraguaio colocava à livre navegação começou a pressioná-lo, a fim de que permita o livre acesso de seus navios à província do Mato Grosso, no entanto, o Paraguai queria ganhar tempo e montar seu exército para um eventual confronto. O governo guarani acreditava que mais cedo ou mais tarde aconteceria uma aliança entre Brasil e Argentina contra ele, então renovava os acordos, principalmente com o Império que apresentava uma ameaça maior a sua integridade territorial, ganhando tempo para montar um exército em

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

condições de luta.

Em 1862 Francisco Solano Lopez sobe a presidência do Paraguai, após a morte de seu pai, Carlos Antônio Lopez, e deu continuidade a política isolacionista que a muito tempo estava presente em seu país. A região platina sempre foi objeto de interesse do Brasil, tendo em vista que, para ter acesso ao Estado do Mato Grosso, o mais viável era utilizar a navegação pelos rios Paraguai e Paraná. Todos os produtos da agropecuária saíam do Mato Grosso, bem como as manufaturas para lá se dirigiam era via fluvial, pelos rios da bacia do Prata. Contudo, sempre houve objeção por parte do governo paraguaio quanto à utilização daqueles rios por barcos brasileiros, porém, até 1910 o acesso à província do Mato Grosso mais viável era o aqui citado.

Durante grande parte da década de 1850, Carlos Lopez criou obstáculos à livre navegação do rio paraguaio por navios brasileiros. A vital importância dessa navegação para o Império levou-o a ameaçar o Paraguai com uma guerra, para a qual este não estava preparado (DORATIOTO, 2002, p. 32).

Diante da possibilidade, de uma guerra em iminência com o Império brasileiro, o governo paraguaio retrocedeu e firmou um tratado com o Brasil de livre navegação em abril de 1856, e ainda adiou por seis anos a questão de limites com o Império. Esta era reclamada pelo governo do Paraguai, que tinha interesse na região compreendida entre os rios Apa e Branco, no entanto, o Brasil não abria mão de tal área, tendo em vista que naquela parte do país vários brasileiros moravam e exerciam atividades diversas. O governo paraguaio sempre teve a impressão que se o Brasil tivesse acesso a livre navegação pelos rios Paraguai e Paraná colocaria em risco a soberania de seu país. O Paraguai quando cedeu a navegação fluvial e assinou com o Brasil o tratado em 1856, queria na verdade era ganhar tempo para montar um aparelho militar em condições de guerrear com o Império. E foi o que aconteceu, quando em 1862, Francisco Solano Lopez ascendeu a presidência do seu país.

O Solano Lopez que era ministro da guerra do governo paraguaio, quando Carlos Lopez, seu pai, estava no poder, tinha todo o interesse na

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

expansão territorial de seu país pela bacia platina. Então se aproxima do governo uruguaio para tentar manter um canal de escoamento de seus produtos pelo Atlântico.

As tensões se elevaram quando o navio brasileiro Marquês de Olinda foi aprisionado pela Marinha paraguaia em 11 de novembro de 1864. Diante de tal atitude o governo brasileiro pede explicações, porém, o presidente paraguaio responde em nota oficial que as relações com o governo imperial estavam cortadas.

A Argentina buscava uma expansão na região do prata e esta situação preocupava o Império Brasileiro, uma vez que se Buenos Aires conseguisse dominar política e economicamente esta região, poderia nacionalizar a navegação nos Rios Paraguai e Paraná, principais vias de acesso ao norte do Brasil, por onde escoavam os produtos oriundos da Província do Mato Grosso. Diante das pretensões da Argentina o Império precisava exercer influências na região para deter os avanços portenhos. O Uruguai sempre foi alvo da supremacia do Brasil em sua vida política e financeira, o que abria uma porta de entrada para o governo brasileiro expandir na região, porque com o aumento da presença do Império na bacia platina as pretensões da Argentina em nacionalizar esta região diminuiria.

Apesar dos interesses comerciais e financeiros da Inglaterra na bacia platina, no início do conflito ela não teve influência direta, uma vez que o Brasil havia rompido relações diplomática com a Inglaterra após vários incidentes entre os dois países.

Em 1826 a Inglaterra assinou com o Brasil acordos para diminuir o tráfico negreiro, porém o acordo não foi cumprido por parte do Brasil, que alegava falha na fiscalização, uma vez que possuía um litoral muito extenso e o Estado não tinha amparado suficiente para coibir o tráfico.

Diante dessa situação a Inglaterra assinou novos acordos para barrar o tráfico de escravos realizado pelo Brasil. O governo Inglês autorizou a apreensão de navios brasileiros envolvidos no tráfico negreiro, mas esta

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

decisão inglesa provocou descontentamento no povo brasileiro, principalmente naqueles que lucrava com tal prática. Contudo, após o primeiro navio brasileiro apreendido houve um grande sentimento de que o governo Inglês havia violado a soberania nacional.

Em julho de 1845, D. Pedro II comunicou ao governo Inglês que o acordo assinado em 1826, versando sobre o trafico negreiro, estava suspenso. Esta decisão do Brasil levou a Inglaterra a aumentar a pressão sobre o Império que culminou a aprovação da lei Bill Aberdeen, que perpetuava a proibição do tráfico negreiro.

A marinha inglesa passou a aprisionar os navios brasileiros que fossem encontrados realizando o tráfico de escravos e sua tripulação julgada sem direito de defesa. O Imperador ordenou à marinha do Brasil que intensificasse a fiscalização para impedir o tráfico de escravos, porque na verdade o governo brasileiro não queria entrar em rota de colisão com a Inglaterra. D. Pedro II aprovou a lei Eusébio de Queiroz, diminuindo assim momentaneamente a tensão entre Brasil e Inglaterra.

Porém, os atritos diplomáticos voltaram a ocorrer, quando o senhor Willian Douglas Christie, representante Inglês exigiu indenização pelo desaparecimento do navio Prince of Walles no litoral do Rio Grande do Sul. Porém como não obtiveram a indenização esperada, e como represália, ordenaram a marinha britânica que fechasse a barra do Rio de Janeiro, capturando cinco navios mercantes brasileiros. Houve uma grande insatisfação do povo carioca que ameaçavam invadir o consulado Inglês. Um outro acontecimento, em 1862, contribuiu para piorar os ânimos entre as duas Monarquias, quando dois marinheiros ingleses foram detidos no Rio de Janeiro Por desacato a autoridade, novamente aparece a figura do arrogante senhor Crhistie que só queria um motivo para pressionar o Brasil a pagar a indenização solicitada. Diante dessa tensões o Imperador cedeu as exigências da Inglaterra e pagou a indenização, contudo rompeu relações diplomáticas com o governo britânico.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Brasil e Inglaterra só reataram as relações diplomáticas em setembro de 1865, quando Edward Thornton diplomata Inglês na Argentina, foi removido para o Rio de Janeiro e em nome da sua Majestade faz um discurso no qual relata o sentimento da Rainha Vitória com referência as circunstâncias que suspenderam as relações entre os dois países. Thornton apresenta, de forma discreta, as desculpas ao governo Brasileiro pela confusão feita por Christie, dessa feita, as relações de Brasil e Inglaterra foram reatadas só que agora em um período especial, ou seja, o Brasil já estava em guerra com o Paraguai.

I.2 o isolamento do Paraguai.

A partir do momento em que o Paraguai venceu a coluna militar do vice-reino de Buenos Aires em 1811, o governo paraguaio declarou a sua independência, e de agora em diante tornou-se o único país da América Latina que não sofreu com a presença do caudilhismo, muito menos com revoluções e golpes. O caudilhismo consistia em uma forma de governo autoritário e nacionalista que surgiu na América do Sul a partir da década de 1870, liderada por figuras típicas da política Latina Americana. Os Caudilhos governava com o apoio das forças armadas, mantendo no poder por varios anos através de dispositivos extra constitucionais. O Paraguai era um país coeso, que desfrutava da paz política com o seu governo centralizado.

A independência paraguaia só tornou formal em 1842. De 1811 a 1840 o ditador José Gaspar Rodrigues de Francia implantou a ditadura no Paraguai. Francia fechou às fronteiras de seu país as nações vizinhas, expulsaram os espanhóis remanescentes do período colonialista, perseguiu os ricos latifundiários, confiscou as propriedades, eliminou a influência do poder econômico que traria problemas para o seu governo, mandou prender os seus inimigos políticos, as prisões ficaram abarrotadas de presos, muitos dos quais pertencentes às casses superiores daquele país. Os pobres foram beneficiados

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

com o absolutismo populista de Francia, a sua fama se espalhou pela bacia platina, como sendo um homem bárbaro e cruel, isto porque em toda a região havia ramificações da classe privilegiada dos grandes proprietários de terra. O El Supremo com essas medidas caiu nas graças do povo paraguaio, que estavam acostumados à rigidez dos Jesuítas e odiavam a luxúria do clero em um país que a maioria da população era miserável. Só que o ditador supremo acabou com este esbanjamento, levando a massa da população o sentimento de proteção do Estado, conseguindo assim o apoio popular.

A remanescente elite econômica de Assunção, quando podia – em cartas aos seus iguais no Prata, principalmente em Buenos Aires – queixava-se: dizia que Francia recebia de braços abertos em sua casa qualquer homem do povo, mas negava o simples cumprimento aos ricos, (CHIAVENATO, 2001, p. 13)

Diante de uma forma de administrar diferente daquela adotada pela Espanha, Francia acaba por isolar o seu país, não porque ele queria que assim fosse, mas por uma imposição de seus vizinhos, principalmente a Argentina decidida a não reconhecer a independência, então para que o país mantivesse sua autonomia como nação livre era imprescindível que fechasse suas fronteiras.

O Paraguai é um país continental, precisava de uma saída para o mar, a fim de exportar seus produtos, sendo a via principal os rios da bacia platina, conquanto a Argentina tinha a grande intenção de nacionalizar essa região, e tinha forte influência política. Buenos Aires não permitiu a navegação de barcos guarani, criando ainda fortes impostos, principalmente sobre o tabaco, que era o produto chefe nas exportações paraguaias. O gado paraguaio não mais podia ultrapassar a fronteira, isto explica o isolamento do Paraguai durante o governo do El Supremo, contudo dois problemas surgiram e tiveram que ser enfrentados por Francia: a pressão da Argentina e a necessidade de criar uma estrutura econômica própria a fim de que o país pudesse sobreviver. Nova forma de governo foi implantada, a perseguição aos poucos espanhóis que ainda restava aumentou.

Pela primeira vez houve a implantação da reforma agrária no

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Paraguai, onde as terras foram confiscadas, desapropriadas e distribuídas aos compenses. “Esta foi a grande revolução de Francia: a criação de uma estrutura agrária que a América do Sul ainda não conhecia”, (CHIAVENATO, 2001, p. 15).

O Estado passou a trabalhar junto aos homens do campo, os compenses foram incentivados a trabalharem a terra e dar suporte ao Estado com auto suficiência na produção de gêneros alimentícios, porque só assim o governo de Francia poderia implantar o isolamento de seu país. Com isso o Paraguai sobreviveu, criando uma estrutura para superar o isolamento, além de caminhar na contramão do restante da América Latina. Esta posição tomada pelo populista e ditador Francia incomodou os parasitas latifundiários, políticos, católicos que estavam ao seu redor, ou seja, aqueles que até então comandaram o Paraguai.

A Bacia Platina, principalmente os governadores da Argentina e do Império brasileiro, não consideravam interessante que o governo do Paraguai implantasse uma estrutura que não privilegiasse a classe dominante, sendo que a maior preocupação dos países vizinhos era a contaminação de toda a América do Sul por esta forma de governar, “utilizando o poder da sua ditadura perpétua, nivelava os sacerdotes ao povo e tornava todos iguais no Paraguai”, (CHIAVENTO, 2001, P.16).

O grande objetivo do ditador perpétuo era garantir a soberania do seu país, dando dignidade a cada cidadão, principalmente os mais pobres e excluídos, contudo ele adquiriu uma grande rixa com os seus vizinhos que temiam os ideais do Governo do Paraguai. As medidas tomadas pelo Governo guarani, sufocaram a elite e privilegiou aos menos favorecidos, mas não muda um regime, ou seja, não muda uma estrutura sem sofrer retaliações, principalmente quando está ferindo os interesses da classe dominante, diante do exposto o governo de Francia teve que enfrentar a resistência da classe alta do Paraguai.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

O Estado do Paraguai enriqueceu, seu povo não mais passava fome, a produção agrícola aumentou, os paióis estava abarrotados de alimentos, os armazéns do Governo fartos, então surgiu um novo problema: o país precisa vender o seu excedente, a principal dificuldade era a ausência de saída para o mar, e os seus vizinhos que dominavam a navegação, a política, a economia estavam contrários a política paraguaia.

a não solução desse problema por Francia foi o começo da guerra. Francia criou um Estado livre e soberano. Suas realizações determinaram a longo prazo os motivos para a destruição do Paraguai, (CHIAVENATO, 2001, P.19).

1.3 A morte de Francia e a abertura do Paraguai.

Em 1840, o Paraguai era um país sem analfabeto, tinha cerca de 400.000 habitantes, possuía uma estrutura educacional eficiente, a sua economia atendia o seu povo, a burocracia tinha sido extinguida por Francia, não tinha dívida externa, estava pronto para o desenvolvimento, segundo Júlio Chiavenato. Isto provocou ciúmes sem precedência de vizinhos como o Brasil, que estava profundamente endividado e essa dívida crescia a cada ano.

A situação da Argentina não era diferente. Possuía uma elite acostumada a viver dos recursos dos bancos ingleses. Esses países não dispunham de estabilidade econômica, tinha altas taxas de analfabetos, revoltas constantes e uma massa de excluídos sem precedentes.

Totalmente ao oposto do pequeno Paraguai os gigantes da América do Sul tinham uma tarefa, mais cedo ou mais tarde barrar o desenvolvimento guarani, sendo que uma opção para isso era impedir o acesso dos produtos paraguaios ao mercado europeu e conseguir uma desculpa para declarar guerra ao El Supremo. No entanto em 20 de setembro de 1840, Francia morre. A notícia de sua morte traz certo alívio aos enciumados vizinhos e aos poucos ricos que restavam em terras guaranis. Entre eles estava Carlos Antônio López, um homem muito rico que conseguiu sobreviver as perseguições de Francia.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

A igreja viu com bons olhos a possibilidade de Carlos López subir ao poder, uma vez que ele era da linhagem católica, inclusive com um irmão bispo. Ele subiu ao poder com o objetivo de inserir o Paraguai no contexto mundial, porém ao contrário do que era esperado por alguns setores paraguaios, ele dessa feita, buscando deu continuidade a política de Francia, inclusive em relação a Igreja, mas com uma abertura comercial entre o seu país e a Europa.

2 - OS PAÍSES INTERESSADOS NA BACIA PLATINA

II. I – A situação política e social do Brasil

Em 1840, aconteceram grandes mudanças: no Brasil é coroado imperador

Dom Pedro II, no Paraguai morre o ditador José Gaspar Rodrigues de Francia, que

por quatro décadas governou a nação guarani. Pedro II sobe ao poder aos 15 anos de idade como último recurso para tirar o Brasil da crise política e social que estava passando. D. Pedro I abdicou o trono em favor de seu filho, D. Pedro II, em 1831, quando tinha apenas cinco anos de idade. O governo do Brasil ficou sendo exercido por regências até 1840, quando D. Pedro II assumiu o poder aos quinze anos de idade. Foi um período bastante agitado e de revoltas por todo o país.

Nos primeiros anos de 1840 o jovem imperador não tinha uma base social montada que lhe desse apoio para governar e o país estava mergulhado em várias rebeliões. Contudo o jovem imperador soube controlar as revoltas e as sufocou com perspicácia, só que em 1848, da início em Pernambuco a revolução praieira que também é logo controlada pelo governo.

A revolução praieira foi último movimento revolucionário das rebeliões provinciais. Ao ser proclamada a independência a unidade territorial

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

do Brasil não estava definida, conquanto as elites políticas lutavam para estabelecer o poder centralizado, mas várias províncias lutavam pelo processo de separação.

Após a Independência o governo do Brasil estava em situação difícil em relação a escravidão. Os grandes proprietários de terra defendiam o trabalho escravo, porém os ingleses pressionavam pelo fim da mesma. Mas a elite Brasileira dependente do trabalho escravo colocou-se, naquele contexto, contrária ao processo de libertação dos escravos uma vez que vários interesses estavam em jogo.

afora as vozes isoladas, não apenas os grandes proprietários e traficantes, como toda a população livre, estavam convencidos de que o fim do tráfico de escravos, a curto prazo, provocaria um colapso na sociedade brasileira (FAUSTOS, 2002, p.192).

Desde a chegada da família real para o Brasil que a Inglaterra teve uma influência muito grande nas decisões brasileiras, e com o passar do tempo a dependência da Inglaterra aumentava. O governo inglês precisava cada vez mais de mercado consumidor para vender os seu produtos e um país escravo pouco lhe interessava. Mas o Brasil, assim como a América do Sul era, em principio do século XIX, importante para o mercado inglês. Então a Inglaterra buscou, tomar medidas duras contra o tráfico de escravos para o Império do Brasil, declarando o ilegal e passando a fiscalizar os navios brasileiros suspeitos de comércio ilegal de escravos.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra começaram a se atritar, desde 1826. A diplomacia brasileira sempre buscou resolver os impasses através do diálogo, ainda mais quando se tratava da Inglaterra que era a maior potência do mundo, que tinha a maior marinha mercante de guerra e os maiores bancos de investimentos exteriores. O Brasil sabia de sua inferioridade diante da força inglesa e que sem o seu capital a elite brasileira enfrentaria grandes dificuldades.

O governo brasileiro estava em uma situação difícil: acatar as ordens vinda

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

da coroa inglesa e continuar tendo o apoio da maior potência mundial ou tomar uma posição de autonomia de seu país continuando com o tráfico negreiro satisfazendo a classe dominante que lhe dava base de sustentação no poder. A saída foi fazer um jogo dúbio com a Inglaterra, visando na medida do possível, ganhar tempo. O Império brasileiro fingia aceitar suas imposições e que iria proibir o tráfico de escravo, enquanto que com os grandes proprietários de terra e com os traficantes de negros fazia vista grossa. Essa posição do governo imperial brasileiro deixou as relações entre os dois países balançadas, com uma série de incidentes até o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países em 1862, diante da questão Christie

O Brasil sempre teve grandes interesses na região platina e buscava ampliar sua influência na região, mas este desejo brasileiro bate de frente com os anseios argentinos que também queriam seu espaço na Bacia do Prata. Esses dois países buscando interesses na mesma região provocaram o surgimento de vários conflitos. A Bacia Platina tornou-se um palco de disputas por territórios.

Após vários desentendimentos entre Brasil e Argentina nasceu o Uruguai em 1828. A Inglaterra que possuía grande interesse comercial na região platina vê com bons olhos a criação deste Estado que poderia trazer uma maior estabilidade na Bacia do Prata, mas o Uruguai não teve paz de imediato, uma vez que surgiu duas facções: Blancos e Colorados vão disputar o poder nas armas.

II.II A Argentina

O Vice-Reino do Rio da Prata não sobreviveu como unidade política com o fim do colonialismo espanhol e a Argentina conseguiu sua soberania em 1816. As classes dominantes regionais entraram em atritos, provocando vários conflitos, só tornando possível o nascimento da Argentina após muitos vaivéns e guerras entre os unitários e federalistas.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Os unitários representavam os comerciantes de Buenos Aires e lutavam por um modelo de Estado centralizado, porque assim os setores ligados ao comércio poderiam manter o controle sobre as exportações. Os federalistas reuniam as elites dos grandes proprietários de terra e defendiam um Estado descentralizado voltado para o mercado interno.

A Argentina buscava expandir se pela bacia do prata, mas este desejo também era do Império do Brasil e do Paraguai.

A região platina sempre foi cobiçada, uma vez que possui rios de grande porte, como o Paraguai e o Paraná. A época o meio de transporte mais viável era a navegação e o país que conseguisse o controle sobre aquela região, além do domínio econômico controlaria politicamente toda a Bacia Platina.

O Caudilho Juan Manuel Rosas pertencente ao partido dos colorados, assumiu o poder em 1829, implantando a ditadura na Argentina. Rosas foi nascido nos pampas argentinos, homem de formação rude, chega ao poder e administra o Estado como se estivesse administrando sua fazenda com os mesmos métodos e disciplina. "a terra pertencia aos latifundiários e era utilizada especialmente para a criação de gado. O povo não usufruía da produção" (CHIAVENATO, 2001, p. 47).

Desde o começo do século XIX, que a Argentina exportava couro de boi, charque, lã e sebo. A sua exportação estava voltada para a Inglaterra, assim como a importação de manufatura, artigos de luxo e capital. A estrutura latifundiária da Argentina resultou no surgimento de uma sociedade estável, porém sem possibilidade de criar um equilíbrio político e econômico. A burguesia da Argentina que deu apoio ao ditador Rosas era iletrada, parasitária, vivendo do capital inglês. A situação era cômoda, isto justificava o interesses dessa classe em manter o país descentralizado e sob o seu controle. Mas em 1852, Rosas é vencido no Uruguai pelo Conde de Caxias presidente da Província do Rio Grande do Sul, por haver invadido e atacado o sul do Brasil. Em 1853 foi aprovada uma Constituição, entretanto a província de Buenos

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Aires não aceitou e se separou da confederação. Assim entre 1853 e 1862 dois países independentes existiram no território da atual Argentina: a confederação Argentina, com capital na cidade de Paraná na Província de Entre Rios e Buenos Aires, com capital do mesmo nome. Em 1861, Bartolomeu Mitre, líder de Buenos Aires conseguiu derrotar o exército da Confederação, na batalha de Pavon, unificando o país.

II.III A Inglaterra

A historiografia revisionista culpabilizou a Inglaterra como a grande responsável pela Guerra do Paraguai. Contudo essa interpretação não é complementemente certa, uma vez que o grande problema dos historiadores voltados para o estudo da Guerra do Paraguai é definir quem tinha maior interesse na região platina: Brasil, Paraguai, Inglaterra ou Argentina. A Inglaterra tinha interesse na região do Prata, mas ele era voltado para o comércio e os empréstimos bancários. Contudo para aquele país não seria interessante a eclosão de um conflito na região platina, ponto de comércio que interessava aos ingleses.

A Grã Betania era a maior potência econômica, naval, científica e industrial do mundo e precisava encontrar mercado para boa parte dos seus bens manufaturados. Um interessante mercado consumidor de produtos ingleses eram as colônias espanholas e portuguesas na América, principalmente Brasil e Argentina, países que possuíam uma elite dependente dos empréstimos e artigos de luxo da moderna indústria inglesa.

em 1871, Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina disse: qual é a força que impulsionava o progresso da Argentina, ele mesmo responde: senhores, é o capital inglês, (CHIAVENATO, 2001, P. 57).

A revolução industrial inglesa do século XVIII, proporcionou a produção de sofisticadas técnicas, aproveitando da máquina a vapor. No século XIX, a partir de 1850, chegou a repercussão mundial, o capitalismo Inglês alcança sua etapa superior, o imperialismo. Essa nova fase traz suas próprias

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

contradições, simultaneamente, evolução e conflito. Esta situação reflete na América do sul, desestabilizando economias, políticas e limites.

O primeiro golpe contra o Imperialismo da Inglaterra foi a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, quando o norte bloqueia o litoral sul daquele país impedindo o de exportar algodão. Essa região da América do Norte era responsável pelo abastecimento das fábricas inglesas de algodão, com isso as fábricas britânicas de tecidos quase que paralisaram totalmente. Com as fábricas paradas houve o aumento dos juros, grande massa de proletários ociosos, além da maior preocupação: o que fazer com os operários parados? O que aconteceria com a maior potência do mundo, responsável pela exportação de grande parte dos bens manufaturados do mundo?

Uma das maiores preocupações do imperialismo inglês era que não acontecesse mudanças radicais no seu sistema colonial, nem nas ex-colônias espanholas e portuguesas, importantes consumidores de seus produtos. Para a Inglaterra a manutenção de sua influência no mundo era de suma importância, porque só assim poderia manter-se hegemônica, mesmo que fosse necessário a utilização de qualquer mecanismo, (financeiro, força ou até mesmo a pirataria...).

A medida que a Grã Bretanha vai assentando bases de sua hegemonia em todo o mundo e acelerando sua revolução industrial, se torna cada vez mais sistemática sua presença e sua entrada na América Latina, (KAPLAN, 1969, P. 122).

Foto 03



Posto de comerciantes no rio Paraná, século XIX.

Fonte: <http://pt.wikipedia.gov>

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Quando a diplomacia não funcionava o uso da força militar era um outro meio utilizado pelos ingleses para a obtenção dos seus objetivos. Na Bacia do Prata não foi muito diferente. Os interesses ingleses estavam notórios em todos os países envolvidos na região. Os empréstimos, mercadorias e artigos de luxo inglês era a moda da elite e o meio de esvaziar os depósitos das indústrias inglesa, bem como de aplicar o excedente de seu capital.

Para se ter uma idéia da presença do capital inglês na América do Sul, tome como exemplo o Brasil a partir de 1850, quando as empresas da Grã Betanha monopolizavam as exportações de café brasileiro e 30% das demais exportações era para a Inglaterra, assim como 55% das importações tinham origens inglesas. A maioria dos serviços públicos tinha realizações de empresas britânicas.

O controle exercido pelo capital inglês tinham como matriz os bancos Baring e Rothschild, pertencente a uma família de judeus situada na Inglaterra. Esse sistema de dominação não poderia ser alterado, porque qualquer quebra deste controle repercutia na toda poderosa Inglaterra. “Esses dois bancos chegaram ao montante de empréstimos 65% ao Império do Brasil em 1865,(KAPLAN, 1969, p. 122)”

Contudo para a Inglaterra era de suma importância a manutenção da ordem oficial, qualquer conflito poderia desestabilizar seus investimentos em sua área de influência. Com isso possível aventar que não interessava para o capital inglês qualquer tipo de conflitos entre os países envolvidos na questão platina.

a criação de vários pequenos Estados, comandados por senhores rurais seria prejudicial ao comércio de produtos ingleses. Tratar com diferentes governos, lidar com diferentes legislações, cruzar várias fronteiras, não favorecia ao trânsito de mercadorias, (POMER, 1979, P. 74).

Logo após a queda de Rosas, ocorreu a ruptura entre Buenos Aires, o governo da província de Entre Rios “Urquiza” e o representante Inglês, Wilfred Hotham, enviado especialmente para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos platinos.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Quando o senhor Wilfred Hotham foi consultado sobre a divisão da confederação argentina em várias pequenos repúblicas, se opôs terminantemente frente esta possibilidade, uma vez que a fragmentação da confederação poderia gerar barreiras a venda dos produtos manufaturadas da Inglaterra em uma região que era promissora no escoamento dessas mercadorias e dificultar a aquisição de matérias primas que Grã Bretânia importava.

A Inglaterra via os rios Paraguai e Paraná como umas das mais importantes vias de acesso ao interior da América do Sul. Isto significava uma grande oportunidade para a expansão do comércio inglês, desafogando as fábricas que se encontravam abarrotadas de mercadorias, precisando de mercado consumidor. Diante da importância destes rios era preciso que eles não fossem nacionalizados, como queria a Argentina, mas abertos aos barcos do mundo, isto é da primeira potência mundial, "Inglaterra". Porque caso houvesse a nacionalização seria restringido a navegação, ou no mínimo cobrado grandes impostos para a sua utilização e um acontecimento desta amplitude não estava nos planos do capital inglês.

3 – NOVAS SITUAÇÕES POLÍTICAS

III.I O Brasil rompe relações políticas com a Inglaterra.

Em 1808, quando Dom João VI chega ao Brasil, deixando Portugal em vurtude da perseguição do Imperador Francês, Napoleão Bonaparte, a Inglaterra já tinha grande influência política e financeira, sobre Portugal e sua colonia. O governo inglês financiou a viagem do Rei de Portugal para o Brasil e Dom João VI como estava nas mãos da Inglaterra se comprometeu em abrir os portos brasileiros para o comércio inglês. Assim sendo, como uma das primeiras medidas tomadas em solo brasileiro, assinou um decreto de abertura dos portos brasileiros as nações amigas, na verdade deveria ser a nação

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

amiga, isto é a Inglaterra, uma vez que a grande beneficiada com a abertura dos portos foi a Grã Bretanha.

O que o Rei de Portugal fez foi romper com os intermediários do Porto, ou seja, a partir de então os produtos da colônia não mais precisariam passar por Portugal. O comércio era feito diretamente com a Inglaterra e com os impostos privilegiados, em especial no que tange a compra de manufaturados ingleses.

Acostumadas a um tratamento diferenciado, dispensado pelo Brasil, as autoridades inglesas vendiam seus produtos industrializados e importavam a matéria prima para que as suas máquinas continuassem a produzir, contudo em 1844, Dom Pedro II, sabiamente percebe que já era hora de suspender esses acordos com a Grã Bretanha. Com o fim dos acordos o Imperador decidiu não mais renová-los. A Inglaterra tentou através de sua representação diplomática reverter a decisão brasileira, mas não obtém êxito. Como eram grandes os lucros obtidos até então pela Inglaterra, a maior potência do mundo, ela tinha meios para exercer o seu domínio, mesmo que pela força. Então resolveu mexer no coração da economia do Império brasileiro, aprovando a Lei Bill Aberdeen de 1845, onde submetia aos tribunais ingleses os brasileiros que fossem encontrados realizando o tráfico de escravos.

Essa decisão do governo inglês provocou atritos diplomáticos entre os dois países, além do que nasce na elite brasileira um ressentimento anti-inglês, uma vez que essa elite tinha sua base de sustentação no trabalho escravo. “a revolta parlamentar, mais que tudo, impediu o governo de concretizar qualquer acordo com a Inglaterra” (BUENO, 1992, p. 154).

a Inglaterra deixou claro que a sua decisão de aprovar uma lei que barrassem o tráfico de escravos ou dificultasse a economia brasileira poderia levar o Imperador, Dom Pedro II , a renovar o acordo comercial, (Bueno, 1992, p. 159).

Contudo, o sentimento de que a Inglaterra estava com revanchismo ao Império, chegou ao parlamento brasileiro que se mobilizou para forçar o governo a não aceitar as provocações inglesas. Este parlamento considerou as atitudes da Inglaterra como um ato de força do mais forte contra o mais fraco

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

e que o Brasil deveria romper relações diplomáticas com a Inglaterra.

a Inglaterra deixou claro que a sua decisão de aprovar uma lei que barrassem o tráfico de escravos ou dificultasse a economia brasileira, poderia levar o Imperador, Dom Pedro II, a renovar o acordo comercial (Bueno, 1992, p. 159).

O Brasil sempre procurou resolver suas questões diplomáticas através de negociações e não pretendia medir força com o gigante da revolução industrial, então o Imperador fingia cumprir a determinação do governo inglês, mas na verdade nada fazia de real para conter o tráfico negreiro.

A Inglaterra radicalizou e pressionou cada vez mais o Império, chegando a entrar com sua esquadra naval em águas brasileiras para aprisionar navios suspeitos de tráfico de escravos. “os abusos ingleses foram e continua sendo um obstáculo a qualquer medida de repressão que o Brasil vir empregar” (BUENO, 1992, P. 159).

A presença de navios ingleses em águas brasileiras gerou no povo o sentimento de ter sua soberania violada, um desrespeito para com a inviolabilidade do território do Brasil. As relações ficam arranhadas e os dois países não chegam a um denominador comum.

A oligarquia exigiu do Imperador uma atitude forte para levar a Inglaterra a respeitar as decisões de um país soberano. Além do que com essa atitude da Grã Bretanha, levava a classe dominante brasileira a perder sua mola mestra da economia, “o tráfico negreiro”. Gerou então um grande desejo nos latifundiários do Império: que o governo inglês revogasse a lei Bill Aberdeen o mais rápido possível.

como resposta, Londres unilateralmente considerou, pelo Bill Aberdeen de 1845, perpétua a declaração de pirataria para o tráfico negreiro, contida na Convenção de 1826 e os cruzadores britânicos passaram a capturar navios que transportavam escravos, enquanto suas tripulações foram julgadas em cortes do almirantado inglês, (DORATIOTO, 1989, P. 24).

Com o expansionismo do café pelo oeste paulista há um fortalecimento do Estado Brasileiro e esta situação vai refletir na política externa. O governo brasileiro aproveitou o momento de estabilidade interna buscando uma certa autonomia com referência a maior potência mundial, a

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Inglaterra, além de ampliar sua presença na bacia platina.

Em 1826 o Brasil buscava o reconhecimento de sua independência, principalmente junto à Inglaterra que sempre esteve ligada ao Brasil. Mas, para que houvesse o reconhecimento, por parte da Inglaterra, essa exigiu uma série de novos benefícios.

Uma das maiores preocupações da burguesia inglesa situava na possibilidade do Império suspender os acordos comerciais. Contudo, Dom Pedro I fechou novos tratados favorecendo ainda mais os ingleses. Só que os eles queriam mais. Precisavam de mercado consumidor e o Império com sua mão de obra escrava não os interessava. Com isso o governo do Brasil foi pressionado a assinar uma convenção que determinava o fim do tráfico de escravos. Naquele momento não houve saída, Dom Pedro I aceitou as condições impostas pelo governo inglês.

Todos estes favorecimentos levaram a Grã Bretanha a deixar o Brasil em uma situação ainda mais de dependência. Quando no segundo Reinado o país se estabilizou e fortaleceu a política, bem como o sistema financeiro buscando maior autonomia, o governo inglês continuou, fazendo pressão para que os acordos fossem renovados.

Uma maneira que a Inglaterra encontrou para pressionar o Império brasileiro foi considerar, através do Bill Aberdeen de 1845, perpétua a convenção de 1826 assinada por Dom Pedro I, que considerava pirataria o tráfico de escravos.

Porém na década de 1840, Dom Pedro II não cedeu as pressões inglesas, uma vez que já possuía uma classe dominante capaz de impor sua vontade, bem como servir de base para as decisões do governo. Ela cobrou uma posição firme do Brasil frente as decisões da Inglaterra. A partir destes acontecimentos as relações entre o Império e a Grã Bretânia vão girar em torno de dois pontos divergentes: a decisão da Inglaterra de forçar o governo brasileiro a renovar os acordos, através do Bill Arberdeen e a determinação do Brasil em colocar a Inglaterra em pé de igualdade com os outros países.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

O governo inglês percebendo que não seria atendido em suas reivindicações penetra com seus navios de guerra em portos brasileiros, desembarcando tropas e incendiando todos os tipos de navios que foram encontrados pela frente, demonstrando total desrespeito para com a soberania do Brasil. “é um ato de ameaça para que se aceite por medo um novo tratado” (BUENO, 1991, P. 28).

As relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra estremeceram e em 1862, estoura um acontecimento que leva o rompimento definitivo das relações diplomáticas entre os dois países: dois marinheiros ingleses, a paisana foram presos pela polícia carioca, quando bêbados causaram arruaças em casa do baixo meretrício. Logo após serem identificados como marinheiros ingleses foram soltos. Este episódio foi um prato cheio para o embaixador inglês, Willian Christie, que imediatamente cobrou do Imperador a indenização pela carga do navio Prince of Wales, naufragado no litoral Gaúcho em 1861, quando sua carga foi saqueada. O embaixador inglês também exigiu a demissão dos policiais responsáveis pela prisão dos marinheiros e um pedido de desculpa formal ao governo da Inglaterra. Christie também afirmou que com o naufrago do Prince of Wales a tripulação havia sido massacrada por saqueadores no Rio Grande do sul. Não satisfeito o representante do governo da Inglaterra, no ano seguinte, mandou uma esquadra, comandada pelo Almirante Warren bloquear o porto do Rio de Janeiro e aprisionando cinco navios. Este acontecimento elevou ainda mais os ânimos entre os dois países, causando um sentimento de repudio, por parte do povo brasileiro a Grã-Bretânia, inclusive ocorreram ataques as residências, repartições e propriedades inglesas.

Dom Pedro recorreu ao Rei da Bélgica para intermediar as negociações, porém antes mesmo do veredito do mediador, o Imperador brasileiro pagou a indenização solicitada pelo governo inglês. O Rei Belga deu ganho de causa a Dom Pedro, contudo a Inglaterra negou-se a pedir desculpas pela atitude de seu embaixador. O Imperador decidiu então romper relações

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

diplomáticas com a Grã-Bretânia em 1863. Essa situação permaneceu até 1865, quando o governo inglês pediu desculpas formalmente ao Império do Brasil.

III.II – Atritos entre os países interessados na Bacia do Prata: Brasil, Argentina, Paraguai e o Uruguai.

No início da década de 1840, houve grandes mudanças no cenário político do Brasil e Paraguai. Do lado brasileiro Dom Pedro II tem sua maioria antecipada, no país guarani morre o ditador perpétuo, José Gaspar de Francia. Este foi substituído por Carlos Antônio Lopéz, um grande proprietário de terra que havia escapado as perseguições de Francia. Carlos Lopéz fez uma política de continuidade no plano interno, no plano externo ele via a necessidade de expandir as relações internacionais nas América, assim como no antigo continente. Desde que Francia chegou ao poder em 1810, que o Paraguai teve uma política de isolamento total, com isso o país se desenvolveu passando a dispor de um excedente que era preciso ser exportado. O novo chefe de governo paraguaio buscou romper o isolamento, para tanto proclamou a independência do Paraguai em 1842, buscando o reconhecimento dos outros países e o primeiro país a reconhecer sua independência foi o Brasil em 1844.

Esta mudança na política externa paraguaia vinha atender a necessidade de abrir a economia do Estado guarani ao mundo. Carlos Lopéz modernizou o país implantando ferrovias, indústria de fundição artesanal e estimulou o comércio externo.

Uma das maiores necessidades do Paraguai era o acesso ao Atlântico para fazer com que seus produtos chegassem ao Velho Continente. Para isso precisava utilizar os rios da Bacia do Prata. Contudo, havia uma pedra no caminho de Carlos Lopéz, era o chefe de Estado Argentino, "Rosas" que recusava a reconhecer a independência paraguaia e criava obstáculos ao

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

comércio externo guarani, fazendo o controle da navegação no Rio Paraná.

Um antigo desejo da confederação era nacionalizar a bacia platina controlando toda navegação e pressionar o governo do Paraguai a fim de conseguir anexar este país a confederação. Essa intenção de Rosas preocupava os demais países ligados a região platina. O Paraguai precisava de aliados para entrar no mercado externo, e as hostilidades de Rosas propiciaram a aproximação entre D. Pedro e Carlos Lopéz, porque ambos tinham Rosas como um inimigo comum.

Desde quando o ditador perpétuo Francia assumiu o poder em 1810, que houve a recusa em receber o encarregado de negócios do Império. Então desde 1829, que inexistiam relações diplomáticas entre os dois países, mesmo durante a regência o Brasil tentou reatar as relações, mas o ditador Francia sequer respondia os enviados do Império.

O governo brasileiro também tinha grandes interesses na bacia platina, um deles era a utilização do rio Paraguai como via de acesso à província do Mato Grosso.

Em 1843, com as relações restabelecidas, o Imperador enviou Pimenta Bueno como encarregado de negócios brasileiros ao Paraguai, com a missão de tratar sobre a livre navegação no rio Paraguai, bem como empregar todos os meios para não permitir que esse país se compusesse com a confederação da Argentina.

O Império queria evitar a qualquer custo o fortalecimento de Rosas nas províncias de Entre Rios, evitando, desta forma, uma tentativa de nacionalização dos rios dessa região, mas sim permanecer aberta aos barcos do mundo.

Também é preciso ressaltar que o Brasil tinha atritos com o país guarani, em especial quanto a situação de limites reclamados pelos dois Estados desde o tratado de Santo Ildefonso em 1777. Pimenta Bueno assinou os tratados de livre navegação e de limites, só que ainda não ficou claro qual seria os limites entre os dois países. Então foi criada uma comissão para

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

analisar os limites reivindicados pelos dois Estados.

O Paraguai possuía a maior reserva de erva mate da América do Sul, porém com o seu isolamento o Brasil assumiu o primeiro lugar em exportação deste produto, então o Império tinha interesses econômicos nas relações com o Paraguai.

Rosas ameaçava atacar Carlos Lopéz e o Imperador permitiu o envio de armas ao Paraguai a fim de que esse pudesse se defender de uma possível invasão por parte da Confederação da Argentina. Esta posição do Brasil levou o rompimento das relações entre o Império e a Confederação. A província de Corrientes era uma das mais importantes da Confederação, mas estava insatisfeita com a política de Rosas, sabiamente Carlos Lopéz aproximou de Corrientes propondo uma aliança contra o ditador. Tropas foram enviadas, mas Rosas venceu, mantendo a província sob controle e fazendo com que as tropas paraguaias recuassem.

O ditador Rosas apoiava a facção dos blancos no Uruguai, buscando uma aproximação com o Rio Grande do Sul, fortalecendo ainda mais sua posição na Bacia do Prata. O governo brasileiro por sua vez apoiava os colorados, facção que lutava para assumir o governo uruguaio. Os blancos travavam uma guerra civil com os colorados disputando o controle do poder. Rosas achava que apoiando os blancos estabelecia uma ponte para isolar o Império de seus interesses na região platina ou traria o Brasil para um conflito armado para o qual acreditava que o Imperador não estava preparado.

Além das questões estratégicas havia também a pressão de fazendeiros gaúchos que tinham seus gados roubados por cidadãos uruguaiois, estas foram razões que justificavam a presença imperial com tanta ênfase no Estado Oriental. É claro que um dos maiores perigos para o governo do Império era o desejo da Confederação de controlar toda a região do prata.

O caudilho Oribe era o chefe do Governo Oriental e por diversas vezes foi informado das investidas de seus cidadãos contra propriedades de brasileiros, mas nada era feito visando coibir essas ações.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

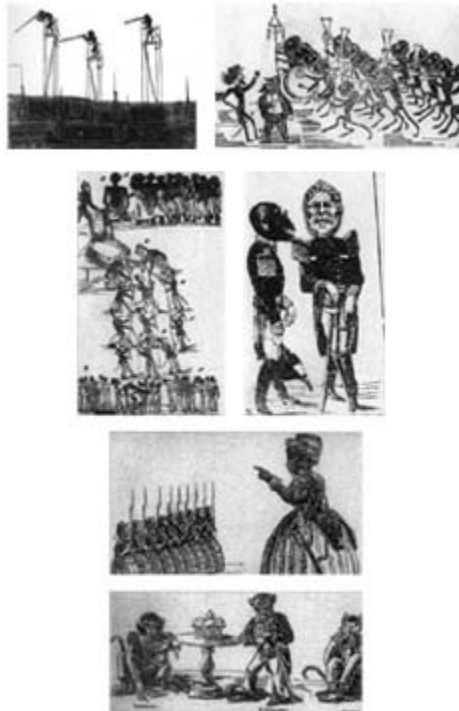
ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

O senhor Tomás Guido, plenipotenciário da Argentina no Rio de Janeiro denunciou a pouca autoridade que o governo do Brasil tinha na bacia platina. Ele buscava através de jornais jogar a opinião pública contra o Imperador, dizendo que cidadãos do Império tinham tratamento desumano por parte dos uruguaios na fronteira entre os dois países e o governo brasileiro nada fazia. Ao mesmo tempo o senhor Guido inseria na imprensa carioca artigos favoráveis a Rosas, isto não mudou muito o quadro, uma vez que informava a seu governo que o Brasil estava preparando para fazer guerra contra as Repúblicas do Prata. O plenipotenciário argentino na verdade se confundiu, uma vez que o Império não estava preparando para guerra contra os Estados Platinos, mas preparava para uma intervenção, com apoio de alguns setores políticos internos platinos, no Uruguai e posteriormente na Confederação, o que não seria um guerra contra os estados platinos, mas contra a Argentina. No Uruguai, o Brasil iria apoiar o governo legal dos colorados, que se encontrava isolado na capital do país, contra a facção dos Blancos que dominava todo o resto do país.

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Foto 04,



O imperador e a imperatriz lideram, segundo os irônicos jornais paraguaios, um exército macacos, El Cabichu.

Fonte: <http://pt.wikipedia.gov>

Em dezembro de 1850, o Brasil assinou o tratado secreto com o Paraguai, onde apontava Rosas como uma ameaça aos Estados da região platina e como tal teria que ser combatido, para evitar a expansão da Confederação Argentina. Neste acordo ficou estabelecido o auxílio mútuo em caso de um possível ataque por parte do governo da Confederação, além de prever esforços conjuntos para manter a livre navegação. Ficou também estabelecido que o Império forneceria armas e Oficiais instrutores para preparar as forças amadas guarani. Essa aliança foi uma grande vitória de Carlos Lopéz que desde quando assumiu o governo paraguaio lutava para se aproximar do governo brasileiro, porque só assim teria consolidada a sua independência. A aliança foi na verdade uma tentativa de isolar o líder da

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Confederação da Argentina, enfraquecendo-o para tirá-lo do poder. Contudo a queda de Rosas aconteceu devido muito mais a problemas internos provocados por ele mesmo do que devido pressão de seus rivais: Dom Pedro II e Carlos Lopéz.

A província de Entre Rios, pertencente a Confederação, se revoltou e fez acordo com os governos de Assunção e Rio de Janeiro para lutarem juntos contra os blancos no Uruguai, bem como combater os ataques de Rosas contra esta província. O governador de Entre Rios, General Urquiza, invadiu imediatamente Montevideú, com o apoio de Carlos Lopéz. As tropas dos blancos foram facilmente vencidas por Urquiza, o uruguaio Oribe é deposto e o governo Oriental passou aos colorados. Diante do ataque ao Uruguai, Rosas declarou guerra ao Império, mas não chegou a ocorrer o enfrentamento entre os dois países, devido a vitória de Urquiza. O governo da Confederação Argentina perdeu forças e recuou.

Entretanto, foi montado um plano para atacar e destituir o governo da Confederação. Em fevereiro de 1852 as tropas aliadas de Entre Rios, Assunção, Uruguai e Rio de Janeiro, comandada por Urquiza venceram as forças da confederação comandadas por Rosas. O ditador foi vencido e renunciou em carta enviada a Câmara Legislativa.

III.III Divergências nas relações dos países platino.

Com a queda do ditador José Maria Rosas a confederação foi dividida em Buenos Aires e Confederação Argentina, só em 1862 com a implantação da República Argentina houve a unificação definitiva.

O novo quadro político na Bacia do Prata deu ao Império a hegemonia na região, tornando possível os tratados de 1851, garantindo a independência do Paraguai e Uruguai.

colocava se, porém, ao Rio de Janeiro a questão de definir, de modo favorável a si, as fronteiras tanto com a Confederação, quanto com o país guarani, dos quais necessitava, ainda, conseguir , a garantia formal da livre navegação dos rios Paraná e Paraguai (DORATIOTO, 1989, P. 23).

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Entretanto, essa hegemonia não parecia tão sólida, uma vez que Carlos Lopéz não tinha boas intenções em duas questões com o Império: a primeira diz respeito ao estabelecimento da eterna disputa por limites, na região entre o Rio Apa e o Rio Branco. Para o governo brasileiro essa localidade foi povoada por portugueses e conforme tratados firmados entre o Rei de Portugal e o Rei da Espanha quem primeiro povoou, tem a posse da terra, porém, para o país guarani, o que valia era o tratado de Santo Idelfonso de 1777, onde deixava claro que essa região pertencia ao Paraguai.

Uma outra questão melindrosa no relacionamento dos dois países, e que Carlos Lopés tinha em mãos para forçar o Brasil a aceitar certas condições, era a livre navegação pelo Rio Paraguai, acesso imprescindível para os contatos do Rio de Janeiro com a província do Mato Grosso. Carlos Lopéz sempre foi contrário a passagem de navios brasileiros pelo seu país, ele via esta situação como uma quebra de autonomia, assim como um perigo constante de invasão de seu país pelo Império.

O Brasil por ser a única monarquia das Américas era visto como um gigante em expansão na América do Sul, isto preocupava os seus vizinhos.

Em vista das questões de limites e navegação, parte da década de 1850 foi de divergências entre os dois países, quase provocando a guerra. Só não ocorreu um conflito armado entre Brasil e Paraguai, porque em 1856, foi assinado um acordo suspendendo qualquer discussão sobre limites e navegação. Contudo o governo guarani estava na verdade ganhando tempo para se preparar melhor.

Por outro lado o Brasil exerceu sua hegemonia na ex-província do Império, o Uruguai. Este país estava arrasado financeiramente e politicamente, devido a guerra civil. Diante deste quadro foram assinados cinco tratados com Montevideú, consolidando a presença do Império no citado país. Com a dependência do Uruguai era grande a quantidade dos acordos favoráveis ao governo brasileiro, tanto na questão de limites, de comércio, navegação como no livre trânsito de estanceiros residente na fronteira.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

A Argentina não se opôs a hegemonia brasileira na bacia do prata, ao menos em um primeiro momento. Este país encontrava-se dividido politicamente, com isso demonstrava menos força na região. O Império aproximou mais da Confederação que era governada pelo Caudilho Urquiza, assinando com estes vários tratados de cooperação, navegação entre outros, mas a Inglaterra, que não apoiava diplomaticamente com o Brasil, informou que apoiaria Buenos Aires caso o Império continuasse apoiando a Confederação.

Isso gerou um mal estar entre o Brasil e a Inglaterra. O governo brasileiro fez secretamente um pacto pelo qual apoiaria a Confederação na reincorporação de Buenos Aires, porém receberia todo o apoio de Urquiza nas questões de limites e navegação com o Paraguai. Os dois países que tinham uma história de conflitos se aproximam, estabelecem acordos, inclusive secretos para defenderem uma causa comum. A Confederação tinha a muito tempo questões de limites com o país guarani, onde era questionado a região das missões e do charco. Com a aproximação de Urquiza e Dom Pedro II havia a perspectiva de que Carlos Lopéz sentisse pressionado cedendo aos interesses dos países em questão.

Tanto Brasil como a Confederação intensificaram seus esforços diplomáticos no sentido de resolver os impasses com o governo guarani, enviando capacitados diplomatas a Assunção para resolver os atritos de limites e livre navegação. Mas, Carlos Lopéz não era receptivo as conversações sobre ceder a área que representava grande importância econômica, bem como estratégica para o Paraguai. Quando o pacto secreto entre Urquiza e Dom Pedro foi assinado, previa apoio militar em caso de guerra contra o Paraguai. Como Carlos Lopéz continuava intransigente o Império e a Confederação o ameaçou de guerra. Em 1860, o caudilho Urquiza solicitou ao Brasil um empréstimo de um milhão de pesos fortes, contudo, o Império recusou-se à atender tal solicitação. Esta posição do governo brasileiro irritou o líder da Confederação que para vingar a atitude de Dom Pedro II, procurou Carlos Lopéz e propôs uma aliança, mas o governo

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

para presidente foram convocadas, onde foi eleito Bartolomeu Mitre Presidente da República Argentina, como foi designado o país a partir de então. Após vários atritos entre Brasil e Buenos Aires surge uma nova oportunidade de serem reatadas as relações diplomáticas, uma vez que o liberal Bartolomeu Mitre era favorável a livre navegação na Bacia do Prata, além do que possuía boas relações com os colorados no Uruguai, partido apoiado pelo Império. Foram estas relações entre os países platinos que possibilitaram a aliança Brasil e Argentina em 1865, contra o Paraguai.

O ano de 1862, foi de mudanças para os países da Bacia do Prata, mudanças essas que vão surtir efeitos na política regional. No Paraguai sobe ao poder Francisco Solano Lopez, na Argentina aconteceu a reunificação do país, sob a liderança de Buenos Aires e no Brasil os liberais assumiram o poder.

III.IV O governo de Solano Lopez

Carlos Antonio Lopez morreu em setembro de 1862, porém no mês de agosto do mesmo ano, já bastante enfermo, faz um testamento político, onde designava seu filho Angel Benigno Lopez, para a vice-presidência, prevendo que em caso de sua morte Angel assumiria o poder.

Angel estudou na escola superior da Marinha brasileira, sendo culturalmente superior ao seu meio, possuía idéias liberais e isto preocupava seu irmão mais velho, Solano Lopez, ministro da guerra. Solano Lopez teve uma ascensão rápida na carreira militar rápida chegando ao posto de General com apenas dezenove anos de idade e com vinte e três anos já era ministro da guerra, tudo isto devido à presença de seu pai na presidência do Paraguai.

Solano Lopez estava na fortaleza de Humaitá quando ficou sabendo do agravamento da saúde de seu pai, deslocou-se imediatamente para Assunção e ficou muito irritado quando soube que seu irmão havia sido nomeado para o cargo de presidente. Solano Lopez procurou seu pai Carlos

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

Antônio Lopez que estava no leito convalescendo e o convenceu em alterar o testamento, onde a presidência não seria ocupada por seu irmão Angel Lopez, mas Solano Lopez é que assumiria o cargo de presidente.

carlos Antonio Lopez, momentos antes de expirar, alertou Solano Lopez; tem muitas questões pendentes, mas não busque resolvê-las pela espada, mas sim pela caneta, principalmente com o Brasil (DORATIOTO, 2002, p. 41)

Em 10 de setembro de 1862 Carlos Antonio Lopez, morre e Solano Lopez, seu filho mais velho, assumi o poder em caráter provisório, foi então instalada uma sessão do congresso nacional para eleger o novo presidente que no caso seria Solano Lopez. Um deputado, José Maria Varela, apresentou uma moção questionando a legitimidade de se passar o poder de pai para filho, uma vez que o regime político do país era republicano e disse mais: o governo da república não deveria ser entendido como patrimônio de uma família. A moção de Varela foi negada e Solano Lopez eleito presidente. Uma vez no poder cuidou de eliminar seus adversário, começando pelo seu irmão, Angel, que foi expulso do Paraguai. O deputado Varela foi preso.

Com seus opositores colocados fora de ação, Solano Lopez implantou um governo autoritário, aos moldes da tradição paraguaia, e expansionista. Foi montada uma rede de informações que permitia ao governo saber de tudo. Em todos os escalões do Estado havia informantes. A Igreja foi nacionalizada e submetida a autoridade de Solano Lopez. Os Sacerdotes o obedeciam e eram nomeados pelo presidente e não por Roma, os padres para assumir uma paróquia faziam um juramento de manter o governo informado de todas as suas decisões.

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO – Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158



soldado mirim paraguaio fonte : Fonte:

<http://pt.wikipedia.gov>

Solano Lopez recebeu de seu pai um país sem dívida, unificado e com um certo avanço em relação aos seus vizinhos, porém essa modernização toda

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

era de caráter militar ou defensivo.

O Paraguai estava à frente dos demais países da América do Sul, mas era uma nação fechada, isolada, contudo Solano Lopez sabia da importância do seu país buscar uma maior presença na bacia platina, de se expandir em direção ao Atlântico, só que essa posição paraguaia colocou Assunção em rota de colisão com o Brasil. O Império buscava a qualquer custo manter sua hegemonia na região e o desequilíbrio entre os Estados platinos lhe interessava. A presença do país guarani nas questões platinas desagradou também a Argentina que lutava para se estabelecer como país hegemônico no Prata.

Alguns problemas envolviam os países platinos; a questão de limites entre Brasil e Paraguai, entre Paraguai e Argentina, o estabelecimento de Estados nacionais na região, a navegação, mas o principal fator das divergências políticas que levou ao conflito armado foi o Uruguai.

O maior desejo de Solano Lopez era transformar o Paraguai como potência regional, mas para isso acontecer seria necessário afastar o Brasil da Bacia Platina, mas como? Para o governo paraguaio só mediante um conflito armado e essa oportunidade tornava possível com o acirramento das rivalidades entre o Império e o Uruguai. O Brasil lutava para tirar do poder uruguaio o partido dos Blancos liderados por Aguirre. Diante dessa situação Solano Lopez assinou um acordo com Aguirre de apoio militar em caso do Império invadir o Uruguai.

Uma das grandes falhas estratégicas do Brasil foi julgar que o Paraguai não teria condições de oferecer perigo, porque sua força militar era pequena, mal treinada e seu armamento rudimentar. Bem essas conclusões foram alcançadas pelo governo do Brasil através do representante brasileiro em Assunção.

Por outro lado Solano Lopez conhecia muito bem as falhas na defesa do Brasil. Ora o Império tinha um exército não profissional, composto pela camada da sociedade marginalizada, os soldados recebiam um salário

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

miserável e eram em sua maioria analfabetos. O Brasil dispunha da melhor esquadra naval da América do Sul e Solano Lopez sabendo disto cuidou de preparar fortalezas ao longo do Rio Paraguai para deter a força naval do Império.

. Uma das fortalezas que mais deu trabalho para a esquadra brasileira foi Humaitá, responsável por barrar a Marinha imperial durante mais de dois anos, permitindo assim que Solano Lopez ganhasse mais tempo para preparar seu Exército.

III.V A invasão do Brasil por Solano Lopes

Em 25 de outubro de 1864, Solano Lopez recebeu a informação de um representante uruguaio que o Império havia invadido o Uruguai e Aguirre solicitou do líder paraguaio o apoio firmado outrora, porém Solano Lopez não cumpriu o acordo imediatamente.

No dia 11 de novembro chega a Assunção o navio do Império “Marques de Olinda”, que rumava para a província do Mato Grosso, o governo paraguaio recebe informação que este navio estava carregado de armamento para a tropa brasileira que se encontrava em Mato Grosso. O navio foi apreendido juntamente com sua guarnição. Diante desta atitude de Solano Lopez o Imperador pede explicações, mas não obtém resposta. Solano Lopez interpretou a invasão do Uruguai pelo Brasil como uma declaração de guerra ao Paraguai, mas na verdade o Império não declarou guerra aos guaranis. Em 15 de novembro de 1864, Solano Lopez ordenou a invasão do Mato Grosso e declarou guerra ao Brasil, claro que essa invasão do Mato grosso era uma estratégia de tentar confundir as forças brasileiras que estavam no Uruguai.

Solano Lopes, ao declarar guerra, pegou o governo imperial de surpresa. O exército estava desorganizado, sem prepara técnico, material bélico e psicológico. A força brasileira se encontrava dispersa e certamente levaria algum tempo para organizá-lo. Pelo lado do inimigo, este sim tinha montado um exército de setenta mil homens, preparado fortalezas e armamentos. Começou uma angustiosa corrida contra o tempo para prepara a

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

tropa brasileira. Sem um planejamento adequado, por falta de tempo, o governo brasileiro encomendou materiais bélicos do exterior para o exército e marinha. Isto trouxe grande prejuízo para o Brasil, devido os vários erros cometidos pelos chefes militares. Com um Exército desorganizado o Brasil foi surpreendido pela presença de soldados guaranis no Mato grosso e no Rio Grande do Sul, Uruguiana. Seis meses depois o Imperador ainda não havia montado sua ofensiva.

A princípio a Argentina permaneceu neutra, mas com a invasão de de sua província Corrientes, o presidente Mitre voltou para a guerra e a 1º de maio de 1865 é assinado o tratado da Tríplice Aliança, entre a Argentina, Brasil e Uruguai. Em seguida é montado um plano de operações que a respeito da conduta da guerra, relatava:

Devendo começar as operações da guerra no território da República Argentina ou na parte do território paraguaio que é limítrofe com aquele, o comando em chefe e direção dos exércitos aliados ficam confiados ao Presidente da mesma República, general-em-chefe do exército argentino, brigadeiro-general D. Bartolomeu Mitre, (DORATIOTO, 2002, P. 161).

No dia 16 de abril de 1866, o exército aliado inicia a invasão do Paraguai, com o efetivo de 42.300 soldados. Sendo 29.000 brasileiros, 11.000 argentinos e 2.200 uruguaios. O comandante do efetivo imperial era o marechal-de-campo Manuel Luís Osório. O inimigo resistiu com bravura, mas os aliados avançaram e no dia 18, ocuparam o forte de Itapiru, no dia 24, depois de um violento combate assumiram o controle das trincheiras do Passo da Pátria. No dia 20 os aliados chegam perto de Tuiuti, onde Lopes enfrenta os aliados com 24.000, homens, trava-se uma sangrento luta, mas ao final de quatro horas de luta os aliados saíram vitoriosos e os paraguaios são obrigados a recuarem as suas trincheiras. Os aliados tiveram 3.943 baixas entre mortos e feridos. Porém o inimigo teve um número bem maior de mortos, 6.000 cadáveres. Essa vitória consolidou a base de operações dos aliados que agora

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

tinha à frente vários obstáculos até o forte de Humaitá, que era um dos primeiros objetivos da tríplice aliança. No entanto, além da tropa paraguaia posicionada nas trincheiras havia os obstáculos naturais, como: mata fechadas, chuvas torrenciais, charco, terreno acidentado e soldados inimigos por toda parte. Diante de tantas dificuldades hostis encontradas em território paraguaio os comandantes aliados resolveram pedir reforço ao 2º corpo do exército que se encontrava na fronteira do Rio Grande do Sul, como tropa reserva. O reforço só chegou um mês depois.

Os aliados, sob a chefia de Mitre, traçam planos para lançar-se contra Curuzu e Curupaiti para depois pensarem em Humaitá. Com o apoio da esquadra imperial Curuzu é dominada e seus defensores recuam para as fortificações de Curupaiti. O comandante Porto Alegre mandou suspender o ataque e estabeleceu base no forte que fora dominado. Os comandantes aliados montam estratégias para atacar o próximo alvo. Solano Lopes, precisava de mais tempo para reforçar suas trincheiras na mata e para isso ele pede uma reunião com Mitre, Polidoro e Venâncio Flores, os generais brasileiros não aceitam, mas o comandante-em-chefe concorda. O encontro deu-se em Jataiti-corá, a 12 de setembro de 1866 Nada resultou, tendo o comando aliado abandonado a reunião na metade, mas a intenção de Lopes foi ganhar tempo e não chegar a algum acordo. Os comandantes da tríplice Aliança acertaram que o dia 22 de setembro do mesmo ano atacariam a fortaleza de Curupaiti. Esta era para os guaranis intransponível e estava bem defendida. Vários canhões estavam em posição, foram construídos dois fossos de quatro metros de largura em toda a extensão da fortificação além de muros altos. Atrás da trincheira o general Dias comandava 6.000 homens que constituía seis batalhões de infantaria.

Para o ataque o General Bartolomeu Mitre reuniu 9.500 Argentinos e 10.580 brasileiros, este sendo comandados pelo Barão de Porto Alegre. Às 7 horas da manhã a esquadra inicia o ataque, às 12 as tropas terrestres laçam-

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

se a luta e encontram uma resistência feroz dos soldados guaranis que estavam bem protegidos pelo terreno que lhes era favorável. Depois de vários horas de combate o comandante-em-chefe ordena o recuo da tropa aliada e as 5 horas a esquadra também recua a sua base.

Os aliados sofrem uma derrota a qual não esperavam, era um momento difícil para a Tríplice Aliança. Não encontrava explicações para a derrota, o desânimo abate sobre os soldados. Os comandantes atribuem responsabilidade entre si, mas só o tempo poderia dizer onde houve a falha. O comando aliado já apresentava algumas divergências desde a formação da Tríplice aliança, só que agora, com o fracasso da batalha de Curupaiti, as coisas pioraram e os chefes se desentendem. O fracasso sofrido pelos aliados suspende toda a ofensiva que havia sido empreendida, e a guerra passa a ser de trincheiras dos dois lados. A divergência entre os chefes da Tríplice Aliança já era do conhecimento de toda a tropa, mas veio a intensificar-se com as acusações entre eles.

O desastre aliado em Curupaiti teve grande repercussões. No plano militar tornou ostensiva a divisão do comando aliado: de um lado Tamandaré e Porto alegre, ambos pertencentes ao Partido Liberal no Brasil, hostilizando Mitre e, de outro, Polidoro, membro do Partido Conservador, e Flores, solidários com o comandante-em-chefe. Mitre escreveu a Rufino de Elizalde que não contava mais com a esquadra imperial para nada e que ela viria a reboque dos acontecimentos. O relacionamento entre Tamandaré e o comandante-em-chefe argentino ficara irremediavelmente abalado, e pôs em risco a própria condução da guerra, (DORATIOTO, 2002, p. 247).

Com a derrota em Curupaiti, o governo do Brasil vê a necessidade de trocar o comando da tropa imperial, mas quem deveria ser o novo comandante?

D. Pedro II chegou a conclusão de que Luís Alves de Lima e Silva era o único general com qualidades suficiente para contornar a situação estática e facciosa que encontrava a tropa aliada. Então, tenta de todas as maneiras incutir na cabeça dos liberais que se encontravam no poder que a guerra

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

representava uma causa de toda nação e não de partidos políticos

Era grande a expectativa da tropa pela presença do novo comandante. No dia 17 de novembro de 1866, Caxias chega à noite a Itapiru, onde é recebido por Tamandaré, dali segue para Tuiuti, chegando ao acampamento aliado no dia 18 de novembro. O entusiasmo dos soldados e oficiais era enorme, todos perfilados aguardando a passagem do comandante da tropa brasileira. Velhos camaradas de batalhas anteriores encontravam-se em forma, esses conheciam bem as qualidades do novo comandante e sabia que com ele à frente da guerra do Paraguai a tropa iria sair daquela inércia que já durava um ano.

Em julho de 1867, os aliados encontravam-se em situação de inatividade. Uma guerra que era para ser ofensiva por parte da Tríplice Aliança, passa a ter características defensivas, depois da derrota sofrida em Curupaiti. A inércia, o desânimo e o comodismo dos soldados estavam presentes em cada corpo de exército. Isto provoca uma grande ansiedade à tropa e permite que o inimigo fortaleça suas frentes de batalhas. A situação apresentava tamanha falta de atividade que o tenente Dionisio Cerqueira relata haver um general no acampamento criando galinhas para comer ovos frescos.

Do lado dos paraguaios todo o tempo tinha grande proveito. As forças inimigas vão apoiar-se em quatro pontos estratégicos: ao norte, Humaitá, a leste as fortificações de Chuí, pires e rojas, ao sul a linha defensiva ligava-se a Sauce, e para oeste, o rio Paraguai, fechando o quadrilátero. Caxias percebe o bom posicionamento dos guaranis e decide não atacar frontalmente, apesar de contar com 26.761 homens ele prefere utilizar uma manobra que poupasse muitas vidas. Diante desta situação o comandante-em-chefe monta um plano que consiste em surpreender o inimigo, atacando o pela retaguarda utilizando para isso o flanco esquerdo.

O marechal disponibiliza um quarto de seu efetivo para guarnecer a sua base de operações e permitir seu reabastecimento. Com o restante da

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

tropa lança uma ofensiva contra o inimigo. Neste momento a verdadeira guerra contra o Paraguai é iniciada. Os aliados escolheram um ponto ao norte, menos guarnecidos para combater os soldados guaranis. Lopes já estava em dificuldades para manter suas comunicações com o interior e com seus centros de abastecimentos. A estratégia do comandante aliado fora surpreendente, porque o presidente paraguaio não esperava que pudesse ser atacado pela retaguarda, exatamente onde a sua defensiva apresentava-se mais fragilidade. Isto faz com que ele precinta o grave momento porque passa o seu Exército.

Ficou definido que no dia 23 de fevereiro de 1868, às três horas da madrugada seria dado início ao ataque. As águas do rio Paraguai estavam subindo muito devido fortes chuvas em sua cabeceira, porém esta situação favorecia aos aliados.

Os guaranis haviam atravessado o rio Paraguai com grandes correntes a fim de dificultar a ultrapassagem daquela fortaleza, pela esquadra brasileira, porém agora com o rio cheio ficava mais fácil vencer este obstáculo. Pouco mais das três horas os aliados fizeram fogo contra o inimigo dando a impressão de que faria um ataque terrestre, enquanto desviava a atenção dos combatentes paraguaios a esquadra naval rumava em direção à fortaleza. Humaitá era mais que uma fortaleza, foi construída em um terreno acidentado e de difícil acesso, possuía uma frente terrestre ampla e bem protegida com trincheiras feitas de madeira, com cerca de um quilometro e meio de extensão. O rio Paraguai com suas curvas bem acentuadas favorecia ao inimigo. No interior da fortaleza havia uma pequena cidade militar, além dos quartéis, existia o edifício do quartel-general, o estado-maior, uma igreja e um hospital. Quando os navios brasileiros aproximaram da fortaleza os guardas inimigos deram o alarme, provocando a sensação de grande temor por parte dos marinheiros do Império, uma vez que estes esperavam atacar de surpresa. Assim que souo o alarme varias fogueiras foram acesas em diferentes pontos

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

as margens do rio, agora a esquadra não contava mais com a escuridão, estava às vistas do inimigo e o que era para ser uma surpresa torna vulnerável alvo das bocas de ferro guaranis. Vários tiros de canhão foram disparados contra os navios, houve uma batalha intensa, grandes avarias foram causadas nos cascos dos navios da esquadra imperial, contudo os encouraçados Barroso seguido pelo Bahia foram os primeiros a ultrapassar a super-fortaleza de Humaitá.

Os tiros dos canhões eram insuportáveis, de todos os lados e todas as frentes os paraguaios disparavam contra os navios aliados, as forças de terra avançam e lança um pesado fogo sobre o inimigo, dando apoio a marinha naval. A fortaleza de Humaitá mais parece um inferno, cobre-se de fumaça, poeira, bombas explodem por todos os lados. Do lado aliado surge algum alvoroço quando a notícia de que os encouraçados Barroso e Bahia haviam ultrapassado o local mais crítico e rumavam rio a cima. Agora aquela barreira não era mais invencível. A esquadra avançava com o restante dos navios, as forças terrestre juntamente com a cavalaria tentam atacar pela retaguarda, utilizado para isso os flancos.

Ao adentrar no interior da fortaleza Caxias é exaltado pelos oficiais e soldados, acontece uma festa inesperada marcando o fim do combate, três hora após o seu inicio. O Império teve 152 mortos e 456 feridos foi o que custou a conquista da intransponível fortaleza.

Antes da batalha em Humaitá, o comandante-em-chefe das tropas aliadas, Bartolomeu Mitre, teve que ausentar da guerra, devido problemas interno em seu país. Então o comando foi passado para o General Duque de Caxias.

Após o êxito em Humaitá, as tropas aliadas estabeleceram nesta fortaleza o novo centro de operações. O comandante-em-chefe ordena que seja feito reconhecimento das posições inimigas, trava algumas batalhas, mas prossegue avançando sobre os guaranis. Ele reorganiza a sua tropa, estabelece

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

novas estratégias para continuar no encalço do adversário. As margens do rio Paraguai estavam bem fortificadas, impondo uma grande dificuldade para a marcha das tropas ofensivas, diante disso o generalíssimo monta um plano de atacar pelos flancos. Além dos defensores estarem entrincheirados os obstáculos da natureza eram enormes dificultando a marcha dos aliados.

Duque de Caxias reúne a tropa e prepara um ataque triunfante sobre Solano Lopes, que havia refugiado no interior do Paraguai. Essas batalhas que sucederam no mês de dezembro de 1869, ficou conhecida como a campanha de dezembro.

O comandante-em-chefe ordena ao marechal Argolo que ao assumir o controle do povoado de Santo Antônio deveria de imediato deslocar para o riacho de nome Itororó, a fim de assumir o controle da ponte que havia sobre o referido riacho. Era uma pequena ponte de madeira com três metros de largura. Esta posição tinha uma importância muito grande para a execução da estratégia em curso. Uma estreita estrada levava a ponte de Itororó, de um lado e de outro havia um terreno acidentado, matas e barrancos altos, de modo que quem tomasse o controle da ponte teria uma grande vantagem em se travando um combate.

O Marechal Argolo comete um erro, não desloca imediatamente para o riacho de Itororó, prefere fazer um reconhecimento, mas por falta de cavalaria não o faz de imediato. Caxias percebendo a necessidade de chegar primeiro aquela posição reúne dois batalhões e o pouco de cavalaria que tinha, partindo de imediato para a ponte de Itororó, contudo já era tarde, o inimigo já havia ocupado a ponte. O General Paraguaio, Bernardino Caballero distribuiu seis batalhões de infantaria, cinco regimentos de cavalaria em forma de lua com a cavidade voltada para a ponte, posicionou doze canhões e assim assume o controle da pequena ponte. Caxias ordena que o seu efetivo regresse ao ponto de apoio, uma vez que já era tarde e a noite aproximava.

No dia seguinte, 6 de dezembro 1869, durante a madrugada o generalíssimo pessoalmente reuniu seu contingente e dirigiu para o combate, ao

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

aproximar do desfiladeiro os canhões inimigos cospem fogo contra os aliados.

Era um combate que previa uma luta sangrenta e de muitas baixas.

À frente estava o coronel Fernando Machado com o corpo de voluntários, com o objetivo de transpor a ponte, o Coronel Machado avança abate alguns inimigos, mas derrepente surge soldados guaranis aos montes, trava se uma luta a baionetas, porém os inimigos estão em maior número e forçam os imperiais a recuarem. Caxias ordena ao General Argolo que posicione suas baterias para fazer frente à artilharia Paraguai, duas picadas são abertas, à direita e à esquerda da ponte a fim de posicionar os canhões aliados. O Coronel Machado recebe ordem para novamente forçar a passagem da ponte. A tropa aliada trava uma luta a baioneta, porém com a vantagem do inimigo que se encontrava entrincheirado nos barrancos do riacho são repelidos e dessa vez com uma grande perda o coronel Fernando Machado morre em combate.

O comandante em chefe estuda uma maneira de atacar o inimigo pela retaguarda, o seu guia informa que subindo o riacho a nove quilômetros existe uma travessia. Imediatamente o comandante ordena que Osório com um corpo de exército faça tal deslocamento, enquanto isto o brigadeiro Gurjão assume a linha de frente e parte para cima dos guaranis conseguindo fazer com que sejam recuados, contudo, Gurjão foi ferido sendo então forçado a retirar-se da frente de batalha. O marechal Argolo comandando o 2º corpo avança sobre a ponte e é também gravemente ferido, neste momento a tropa aliada perde o controle, porque sem comando recua e ao tomar conhecimento das perdas dos comandantes, tão respeitados pelos soldados, há um princípio de desordem. Diante de tantas baixas e de todo o esforço o objetivo estava longe de ser alcançado, uma vez que a ponte continuava sobre o controle dos paraguaios. Osório que contornara a ponte não chegava e a sua presença mudaria os rumos do combate porque iria surpreender o inimigo pela retaguarda, o guia havia errado no cálculo da distância, ao invés de nove quilômetros era o dobro.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

O momento era difícil, três comandantes baixados, varias tentativas de forçar os guaranis recuarem foram malogradas, o ânimo da tropa abate. Caxias do alto da colina, sem nenhum oficial em condições de comando a sua frente, desembainha sua espada em um gesto de coragem e ousadia marcha sobre a ponte de Itororó e grita “seguem me os que forem brasileiros”, neste momento os soldados moribundo, sem ânimos e os que achavam não ter mais condições de lutar levantam-se e acompanham seu comandante supremo. Trava-se uma batalha violenta, porém Caballero quase não acredita na valentia dos soldados imperiais e recua sua tropa, fugindo em total desorganização. O comadnate-em-chefe por uma milagre permanece vivo, uma vez que teve seu chapéu perfurado por bala de fuzil, contudo mais uma vez a vitória é sua. Caxias demonstra neste episódio que era um comandante de fibra, de muita coragem e que não aceitava a derrota.

Caxias ordena que o seu efetivo monta acampamento no pequeno povoado de Vileta, a fim de recompor os seus soldados, os feridos fossem atendidos e receber suprimentos. O comandante aliado ordena que seja feito um reconhecimento da posição inimiga e que faça apreensão de gados. O brigadeiro João Manuel Mena Barreto foi o incumbido de tal missão e ao regressar à noite informou não ter localizado nenhum inimigo, nem houve apreensão de gado. O generalíssimo continua montando um plano para sufocar de vez Solano Lopes, que se encontrava plantado nas colinas de Ita-Ibaté, local que lhe favorecia uma ampla visão, cercado de matas por todos os lados, onde a tropa guarani estava escondida. A natureza colocava o presidente do Paraguai em vantagem aos atacantes, além de os guaranis conhecerem muito bem os acidentes geográficos do terreno. A posição de Solano Lopes era privilegiada, os seus canhões estavam todos bem posicionados. Ele só aguardava a chegada dos aliados. Essa localidade foi importantíssima para o desfecho da guerra, sua queda colocaria Caxias em vitória definitiva.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

O comandante em chefe monta uma estratégia de ataque, onde as tropas inimigas seriam atacadas pelo norte, sul, leste e oeste envolvendo assim todos os setores de Solano Lopes e dificultando uma possível fuga do ditador. O próprio Duque de Caxias comandaria o efetivo que iria atacar frontalmente. O dia determinado para o combate foi 21 de dezembro, no entanto antes de partir Caxias dirigiu a seus camaradas através de uma ordem do dia:

Camaradas! O inimigo, vencido por vós na ponte do Itororó e no arroio Avaí, nos espera na Loma Valentina com os restos de seu Exército. Marchemos sobre ele, e com esta batalha mais, teremos concluído nossas fadigas, e provações. O Deus dos exércitos está conosco! Eia! Marchemos ao combate, que a vitória é certa, porque o general e amigo que vos guia ainda até hoje não foi vencido. Viva o Imperador! Vivam os exércitos aliados!, (CAXIAS: IN. PEIXOTO, 1973, p. 510).

As duas horas da manhã deu-se o início da marcha em direção ao oponente, ao meio dia Caxias encontra-se em frente ao local em que o inimigo está entrincheirado. Faz um exame minucioso das posições dos guaranis, escolhendo aquela mais vulnerável para iniciar o combate. O generalíssimo ordena que sejam disparados alguns tiros de canhões, mas o adversário continua em silêncio, até o mastro da bandeira paraguaia foi atingido, mesmo assim o silêncio impera. Alguma coisa de errado está acontecendo imagina o comandante dos aliados, porém quando este retorna a posição em que estava concentrado o grosso de sua força o inimigo dá sinal de vida e faz vários disparos contra a artilharia imperial.

As 3 horas da tarde Caxias ordena o ataque. A tropa aliada investe contra o primeiro fosso e trava-se um violento combate, mesmo assim os atacantes conseguem penetrar na trincheira dos defensores. Há uma luta intensa, as baionetas são desembainhadas, a luta corpo a corpo é travada, contudo os aliados são obrigados a recuarem devido à desvantagem do

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

terreno, as trincheiras e bravura dos soldados paraguaios. Diante de todas as dificuldades os aliados conseguem conquistar alguns pontos importantes nas trincheiras dos inimigos. Mas, logo escurece e o generalíssimo ordena que a tropa monta acampamento, a fim de proporcionar descanso aos combatente, repor armamentos, munições, alimentos e reforçar o contingente de soldados aliados. Não houve rompimento das barreiras defensivas. Caxias dedica então à noite para preparar uma estratégia capaz de proporcionar o rompimento dos obstáculos das fortalezas guaranis.

Chovia muito naquela noite, a lama tomava conta de todo o acampamento, o cansaço era enorme, contudo o comandante da tropa aliada, apesar dos seus sessenta e cinco anos de idade não demonstrava desânimo. O médico chefe do Exército, Dr Bonifácio de Abreu, sabendo que o general havia alimentado pela manhã, manda seu ajudante levar uma xícara de chá, porém, Caxias o interrompe e diz:

Beba você mesmo o chá. Eu não o quero. Meus soldados estão na chuva, debaixo de balas. Não é possível aceitar regalias. E passou, com seus oficiais, a compor o plano para aquela batalha difícil, sob a chuva e a posição dominante das trincheiras inimigas, (CAXIAS: IN. PEIXOTO, 1973, p. 513).

No outro dia a batalha reinicia, no entanto as trincheiras paraguaias pareciam invencíveis. O comandante ordena que os ataques fossem simultâneos em diversas frentes, tentando com isso confundir a tropa de Solano Lopes. Novos contingentes, vindo do Brasil, chegam para reforçar o efetivo em combate. Enquanto isto o comandante paraguaio continua a resistir a pressão como pode, mas sabe que não por muito tempo. No dia 24 de dezembro de 1869, os aliados formalizam um ultimato e envia até Lopes solicitando a sua rendição. Às seis horas da manhã o general guarani recebe o ultimato, reúne seus oficiais e discutem a rendição, todavia aqueles bravos combatentes respondem ao chefe: do que adianta render, vamos lutar até o fim. As três horas da tarde o chefe de estado guarani respondeu longamente que mesmo com o custo de sua vida e de seus camaradas ele jamais aceitaria

Artigo original

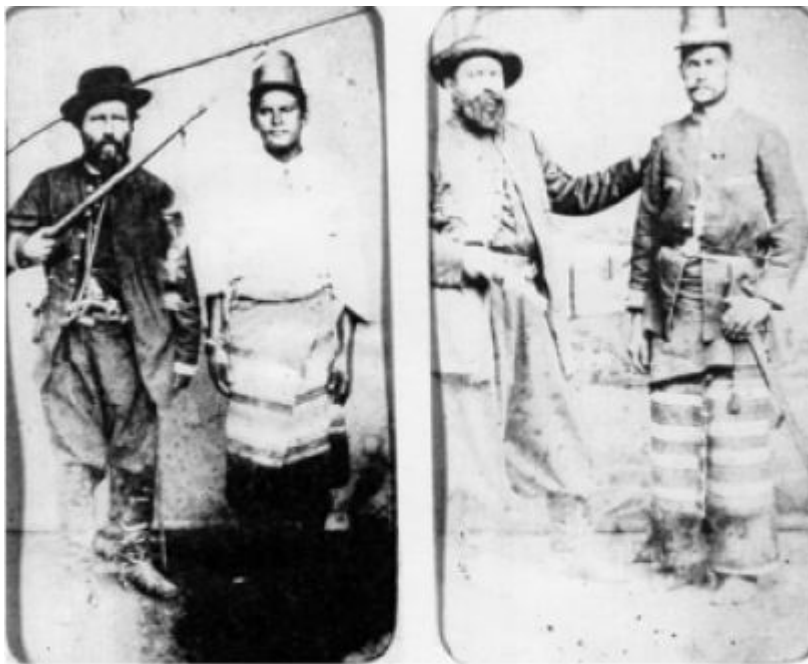
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

tal humilhação. No dia 25 de dezembro Caxias mobiliza toda a força disponível, 21.380 homens, e parte para o golpe final, no topo da colina 7.600 soldados paraguaios bem posicionados nas trincheiras e dezoito canhões os aguardavam.

Foto 05



4. Autor desc. (circa 1867): dois cartes-de-visite mostrando soldado e oficial paraguaios capturados por oficiais brasileiro e argentino respectivamente. Biblioteca Nacional Rio de Janeiro.

Os aliados formalizam um ultimato e envia até Lopes solicitando a sua rendição. Às seis horas da manhã o general guarani recebe o ultimato, reúne seus oficiais e discutem a rendição, todavia aqueles bravos combatentes respondem ao chefe: do que adianta render, vamos lutar até o fim. As três horas da tarde o chefe de estado guarani respondeu longamente que mesmo

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

com o custo de sua vida e de seus camaradas ele jamais aceitaria tal humilhação. No dia 25 de dezembro Caxias mobiliza toda a força disponível, 21.380 homens, e parte para o golpe final, no topo da colina 7.600 soldados paraguaios bem posicionados nas trincheiras e dezoito canhões os aguardavam.

No dia 27 os paraguaios já exaustos, sem munição, abatido fogem por todos os lados, os que não conseguem rendem-se desesperados. Solano Lopes consegue escapar ao cerco aliado protegido por seus leais oficiais, para Cerro Leoa no interior do país. A vitória aliada foi completa, o generalíssimo concretiza mais uma vitória importantíssima em solo paraguaio.

Agora só falta um obstáculo a ser vencido, angustura pequeno reduto, onde as forças paraguaias ainda resistiam, mas não por muito tempo. Caxias querendo poupar vidas manda um ultimato aos dois comandantes guaranis, Jorge Thompson e Lucas Carillo que em 12 horas deviam render-se, porque em caso contrário seriam atacados com todo o rigor. Os dois chefes mantendo uma bravura que era uma constante dos soldados paraguaios, nem recebem a nota. Diante disso o ataque foi ordenado para o dia 29 de dezembro às sete horas da manhã. Houve uma movimentação enorme de tropas. Os combatentes aliados posicionam-se para o ataque, quando derrepente algumas bandeiras brancas são levantadas, os atacantes imaginam que seria uma comissão de oficiais que iriam informar da rendição, no entanto, eles só estavam tentando ganhar tempo.

Caxias tinha o controle de toda a situação, mas como era um homem de bom senso, novamente envia uma nota solicitando que os soldados paraguaios rendam-se. Os chefes guaranis pediram tempo para analisar a proposta do comandante aliado e comunicar o fato aos seus superiores. O nosso general tinha como atacar e conquistar angustura em pouco tempo, mas queria evitar derramamento de sangue, então concede o tempo desejado pelo inimigo. Às seis horas da manhã do dia seguinte terminava o prazo dado aos

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

defensores. Dentro do prazo, conforme previa o ultimato um enviado dos chefes guaranis entregou a Caxias a seguinte mensagem:

Havendo tomado em muita consideração a resposta de V. Exas. E consultado os chefes e oficiais desta guarnição, resolvemos evacuar Angustura, contanto que o façamos com todas as horas da guerra, conservando cada um a sua graduação atual, seus ajudantes e camaradas, garantindo que as tropas depositarão suas armas em lugar conveniente, sem que esta condição se estenda aos chefes e oficiais, que conservarão as suas, (CARVALHO, 1938, p. 257).

O comandante em chefe concorda com a solicitação e prorroga o prazo por mais algumas horas para que se efetivasse a rendição. Às doze horas os soldados guaranis entregam suas armas. Ao todo renderam-se 1904 combatentes com suas mulheres e crianças que os acompanhavam. Terminava assim a brilhante manobra. O flanquiamento pelo charco, o ataque pela retaguarda, Itororó, Avaí, Lomas Valentina foram vitórias de Caxias que possibilitaram o fim da epopeia de dezembro.

A ocupação da capital, Assunção, era sem dúvida o objetivo final dos vencedores da guerra. Então Caxias ordenou imediatamente que se fizesse o reconhecimento da cidade para que fosse definitivamente ocupada. Porque Solano Lopes sem Exército não mais ofereceria perigo, Assunção estava desguarnecida e até os civis abandonaram suas residências refugiando no interior do país. O comandante dos aliados determinou que a marinha transportasse um destacamento de ocupação com 1700 homens, a comando do coronel Hermes da Fonseca que no dia 1º de janeiro de 1870, chega a Assunção e encontra uma cidade deserta. No dia 5 do mesmo mês, Caxias chegou a assunção com o grosso do seu efetivo, deixando a cavalaria aos redores da capital.

Assunção era uma cidade pequena, humilde, sem nenhuma rua pavimentada, o esgoto corria a céu aberto, porém ficava em uma colina às margens do rio Paraguai local privilegiado. O comandante em chefe dos aliados

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

apresentava problemas de saúde, devido os anos de combate, o sol escaldante, chuvas, calor e a idade já avançada pesando sobre os seus ombros.

IV – Conclusão

A região platina desde do estabelecimento do Vice-Reino de Buenos Aires, foi conflituosa, devido a sua localização, rios navegáveis que permitiam o acesso ao interior do continente e a abundância de metais preciosos.

O Brasil lutava para exercer a hegemonia na região, mas só conseguiu quando derrubou o caudilho Rosas em 1852, acompanhado pela divisão dos Argentinos que passaram a ter dois territórios lutando entre si. Com o advento da divisão da Argentina, o Império não mais encontrou obstáculos para estabelecer uma posição hegemônica. Os seus objetivos foram alcançados com relação ao Uruguai, a mesma coisa ocorreu com a disputa de limites com a Confederação, agora o grande desejo do Brasil é fazer com que Carlos López aceite o acordo proposto pelo Império, sobre a questão de limites e a livre navegação pelo Rio Paraguai.

Os impasses da livre navegação dos navios brasileiros pelos rios platinos remontam ao início da década de 1850 e o grande opositor da livre circulação dos barcos imperiais foi o Paraguai. O governo guarani tinha também uma outra questão crônica com o Brasil que era o estabelecimento dos limites entre os dois países. O governo Brasileiro reclamava a região entre os rios Apa e Branco, baseado no princípio do "*uti possidetis de facto*", os seus cidadãos foram os que primeiro ocuparam a área e esta condição dava direito de posse ao Brasil. Entretanto o Paraguai não aceitava as reivindicações do governo brasileiro, buscando a posse legal, prevista no tratado de Santo Idelfonso 1777, assinado entre a coroa espanhola e portuguesa como sendo definidor de fronteiras. Só que o governo imperial argumentava que o tratado

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

de Badajós, 1801, entre os dois antigos reinos anulava aquele do século anterior, tornando o inválido. Carlos López alegava dois motivos para não abrir mão daquele território: primeiro porque o Rio Apa significava uma barreira natural que pudesse dificultar o avanço do Império sobre o país guarani. Este rio permanecia a maior parte do ano seco, enquanto o rio Branco possuía um grande volume de água com fortes correntezas. Segundo, esta região era a maior produtora de erva mate da época, sendo este produto o cargo chefe da exportação do Paraguai.

A causa principal do acirramento das divergências, assim como a deterioração das relações entre os dois países foi a questão de limites das fronteiras e a livre navegação do Rio Paraguai.

Desta forma, pode-se concluir que os conflitos na Bacia do Prata produziram a guerra, uma vez que Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai lutavam para exercer uma hegemonia econômica e política, bem como formar os seus Estados nacionais. Daí não se deve afirmar que houve influência de países fora da América do Sul para deflagração da guerra do Paraguai.

não se pode afirmar, portanto, que em suas relações com os demais países sul-americanos, o Brasil tinha sido instrumento dos interesses britânicos. O Império tinha objetivos próprios e quanto aos países platinos, procurou assumir a posição de potência regional, impondo-lhes sua hegemonia entre 1850 e 1875, e empreendendo ações de caráter colonial e imperialista, para realizar seus objetivos econômicos e políticos, que podiam coincidir ou não com os interesses da Grã-Betanha, (DORATIOTO, 1989, P. 24).

Em relação à visão historiográfica que ressalta o papel da Inglaterra no conflito e que o Brasil estaria apenas atuando em prol dos interesses ingleses, cabe ressaltar que os dois países passavam por um período bastante delicado diplomaticamente, agravado com as medidas britânicas visando por fim no tráfico negreiro.

A burguesia imperial tinha como base de sua economia o trabalho escravo e não abria mão dessa mão-de-obra para as suas lavouras. Dom Pedro II, internamente pressionado pelos grandes latifundiários, externamente pelo Inglaterra, não conseguiu agradar nenhum dos dois lados, mas também não

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 129-158.

obedeceu aos fazendeiros, nem ao governo inglês.

O grande estopim para o rompimento das relações do Brasil com a Inglaterra se deu em 1862, com a questão Christie. Dois anos antes do início da guerra do Paraguai as relações diplomáticas entre o Império e o governo inglês estavam inclusive suspensas. Para a Grã-Bretanha o surgimento de uma guerra traria sérios prejuízos para as suas exportações. A formação de vários Estados nacionais também dificultaria a entrada de seus produtos naquela região. Diante disto fica evidente que a guerra do Paraguai foi resultado de problemas políticos, limítrofes, navegação e a formação dos Estados nacionais na Bacia do Prata.

BIBLIOGRAFIA

BUENO, Clodoaldo. *História da política externa do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

BANDEIRA, Luiz. *O expansionismo brasileiro*. Brasília: Ed UnB, 1985.

CERVO, Luiz Amado. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores*. Brasília: Ed UnB, 1981.

CHIAVENATO, Júlio. *Genocídio americano*. Editora Moderna, 2001.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra*. São Paulo, Schwarcz 2002.

DORATIOTO, Francisco. *A guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense. 1991.

FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil*. São Paulo, Edusp, 2002.

POMER, Leon. *Os conflitos da Bacia do Prata*. São Paulo: Editora brasiliense, 1979.

KAPLAN, Marcos. *Formacion Del Estado Nacional en América Latina*. Assuncion: Ed. Universitária, S.A, 1969.